

*Instituto Nacional
de Processamento
de Embalagens Vazias*



*Relatório
de Sustentabilidade
2010*

O *inpEV* GRI 2.1 • 2.2 • 2.3 • 2.4 • 2.5 • 2.6 • 2.7

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) foi criado em 14 de dezembro de 2001 em cumprimento aos requisitos da Lei nº 9.974/00, que divide a responsabilidade pela destinação de embalagens vazias de agrotóxicos entre agricultores, sistema de comercialização desses produtos, indústria e poder público.

O inpEV representa a indústria fabricante e possui como associadas 84 empresas fabricantes de defensivos agrícolas, além de sete entidades fundadoras, que representam a indústria, os canais de distribuição, as cooperativas, as cadeias do agronegócio e os agricultores.

As atividades do instituto compreendem, principalmente, o transporte e destinação das embalagens vazias para a reciclagem ou incineração, o fomento à criação e à gestão das unidades de recebimento, e a cogestão dessas unidades com o sistema de comercialização, além da realização de ações de conscientização e educação em conjunto com os demais agentes integrantes do sistema. O instituto também consolida e divulga informações sobre a logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas aos elos dessa cadeia, à imprensa e a toda sociedade.

A indústria aporta anualmente recursos de acordo com o perfil e volume de embalagens colocadas no mercado, cobrindo os custos das operações do instituto. Em 2010, o total investido pelos fabricantes associados foi de R\$ 53,8 milhões.

O programa é hoje uma referência mundial, com 421 unidades de recebimento nas principais regiões agrícolas, equivalente a mais de 146 mil metros quadrados de área construída e ambientalmente licenciada. Desde 2002, o sistema destinou adequadamente 168,6 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas e a cada ano este número aumenta. Em 2009, foram 28,8 mil toneladas e em 2010, 31,2 mil toneladas.

A sede do inpEV está localizada em São Paulo, mas o instituto atua em todo o país por meio de nove Coordenadores Regionais de Operação (CROs), que integram, em suas regiões, os agentes responsáveis pelo cumprimento da legislação. Em parceria com os distribuidores e as cooperativas agrícolas e com apoio do poder público, os coordenadores implementam as ações planejadas pelo instituto e orientam as atividades das unidades de recebimento em 25 Estados e no Distrito Federal. A estrutura administrativa do instituto é formada por 42 colaboradores, dois estagiários e cinco profissionais terceirizados.

Ideologia empresarial GRI 4.8

Quem somos

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é uma entidade sem fins lucrativos, criada pela indústria fabricante de agrotóxicos para realizar a destinação adequada das embalagens vazias desses produtos no Brasil. Cumpre os requisitos da Lei 9.974/00, que determina a responsabilidade compartilhada pelos agentes atuantes na produção agrícola: agricultores, canais de distribuição, indústria fabricante, com o apoio do poder público.

Nosso negócio

Preservação ambiental e representar a indústria de produtos fitossanitários nas responsabilidades da Lei 9.974/2000.

Intenção estratégica

Capturar valor com verticalização e ampliação de portfólio de produtos (produtos e serviços), sem perder o DNA inpEV, para obter autossustentabilidade econômica.

Missão

Contribuir para a preservação do meio ambiente e do sistema Campo Limpo, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

Visão

Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, como referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos, e tornar-se autossustentável no Brasil.

Princípios e valores

- ▶ Inovação
- ▶ Espírito de equipe
- ▶ Ética
- ▶ Respeito às diferenças
- ▶ Responsabilidade socioambiental
- ▶ Satisfação dos associados e demais *stakeholders*
- ▶ Segurança
- ▶ Soluções construídas com o cliente
- ▶ Transparência

Código de conduta

Em 2010, o inpEV finalizou e disseminou a todos os colaboradores o seu Código de Conduta. Trata-se de um instrumento que busca reforçar os princípios, valores e missão do instituto, para orientar as ações dos colaboradores e direcionar a postura social, face aos diferentes públicos de relacionamento.

Para chegar a esse resultado, foram avaliadas as melhores práticas do mercado quanto a ambiente de trabalho, exercício de cargo ou função, relacionamentos, conflitos de

interesse, responsabilidade dos gestores, segurança da informação, relações com associados e exatidão das informações e relatórios.

Para acessar o Código de Conduta: http://www.inpev.org.br/institucional/inpev/pdf/codigo_conduta.pdf

Principais indicadores GRI 2.8

	2010	2009	2008	2007	2006
Econômico-financeiros (inpEV)					
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + externos) (R\$ mil - acumulado desde 2002)	440,00	380,0	325,0	270,0	215,0
Receita operacional (R\$ mil) (*)	67,1	54,3	43,3	42,9	49,2
Contribuições dos associados	53,8	45,9	34,5	35,7	36,2
Taxa tecnológica (**)	6,7	6,4	7,2	7,2	3,9
Unidade de Rondonópolis (***)	N.A	122	75	N.A	N.A
Arrendamento Campo Limpo (****)	2,7	1,8	1,0	N.A	N.A
Patrimônio líquido (R\$ mil)	53,7	36,6	29,4	25,2	18,1
Corpo funcional (inpEV)					
Número de colaboradores (*****)	42	39	32	40	26
Número de mulheres que trabalham no inpEV	17	17	13	14	11
Número de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0	0	1	1
Sistema de destinação final					
Número de associados do inpEV (empresas e entidades)	84	80	76	67	66
Embalagens destinadas (mil ton.)	31,2	28,8	24,4	21,1	19,6
Unidades de recebimento	421	412	399	375	365
Estados com unidades de recebimento	25	25	25	25	23
Caminhões movimentados	8.281	8.071	6.962	6.807	6.162
% de Embalagens primárias destinadas (*****)	94	94	94	89	88

(*) Sendo 85% correspondente a aporte das associadas.

(**) Recurso pago pelos recicladores pela remessa de embalagens e cooperação técnica com o inpEV.

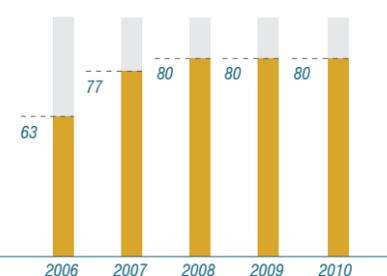
(***) Recurso pago pelos recicladores pela remessa de embalagens da unidade de Rondonópolis.

(****) Aluguel que a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos paga ao inpEV.

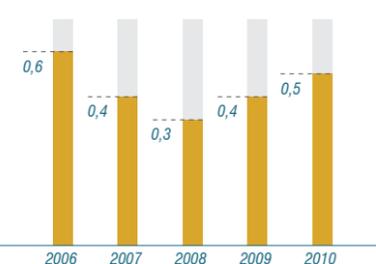
(*****) Em 2007 foram admitidos funcionários para que fossem alocados no trabalho de planejamento estratégico e administrativo da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos.

(*****) São as principais embalagens, ou seja, aquelas que entram em contato direto com o produto.

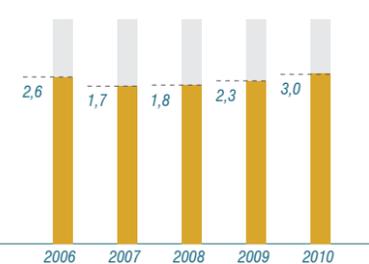
Embalagens retiradas do meio ambiente (%)



Investimento em pesquisa e desenvolvimento (R\$ milhão)



Investimento em educação ambiental (R\$ milhão)



Sobre este Relatório GRI 3.1 • 3.2 • 3.3 • 3.4 • 3.5 • 3.6 • 3.7 • 3.8 • 3.10 • 3.11 • 3.13

O Relatório de Sustentabilidade 2010 apresenta o desempenho econômico, social e ambiental do inpEV durante o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, além de suas principais perspectivas e metas.

O inpEV publica relatórios de desempenho anualmente desde 2004. Como resultado de seu processo evolutivo na prestação de contas e da busca constante pela excelência em gestão, nas duas últimas edições o relatório passou a seguir as diretrizes do GRI (Global Reporting Initiative). Modelo aceito mundialmente, o GRI é também um dos mais completos, que além de conferir mais transparência à divulgação dos resultados, permite que o instituto compare seu desempenho em relação a outras organizações internacionais.

Este relatório é uma ferramenta de apresentação do modelo de gestão participativa do inpEV e é dirigido aos principais públicos de relacionamento do instituto: agricultores, canais de distribuição, poder público, colaboradores, fornecedores, parceiros, imprensa, empresas e entidades associadas, entre outros.

Os dados econômico-financeiros foram apurados de acordo com critérios definidos pelas normas brasileiras de contabilidade e submetidos à auditoria da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes. As informações socioambientais foram apuradas e validadas internamente, não sendo submetidas à auditoria externa independente.

A compilação dos dados envolveu todas as áreas do instituto e as formas de medição não sofreram alterações significativas em relação aos anos anteriores. Os indicadores das dimensões econômica e social cobrem as atividades administrativas do inpEV e a dimensão ambiental abrange o escritório central e todo o sistema de destinação de embalagens vazias, exceto quando indicado.

Para esclarecimentos, o inpEV mantém os seguintes canais de relacionamento: site (www.inpev.org.br), e-mail (inpev@inpev.org.br) e telefone (+55 11) 3069-4400.

Boa leitura!

Índice

<i>Mensagem do Presidente</i>	<i>10</i>
<i>Logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos</i>	<i>11</i>
<i>Governança corporativa</i>	<i>19</i>
<i>Estratégia e gestão</i>	<i>27</i>
<i>Aspecto econômico-financeiro</i>	<i>35</i>
<i>Desempenho operacional</i>	<i>41</i>
<i>Responsabilidade socioambiental</i>	<i>49</i>
<i>Balanço social Ibase + NBCT 15</i>	<i>59</i>
<i>Demonstrações financeiras</i>	<i>65</i>
<i>Índice remissivo GRI</i>	<i>87</i>
<i>Créditos</i>	<i>93</i>

Mensagem do Presidente GRI 1.1

O ano de 2010 foi excelente do ponto de vista operacional, com crescimento de 9% no volume recebido de embalagens, atingindo 31.265 toneladas. Houve ganhos de produtividade que resultaram em transportar um volume 4% maior por caminhão equivalente *truck* e redução de 6% do custo por quilograma de embalagem destinada. Com esses números, 2010 foi um ano em que fizemos mais com menos recursos.

Na área de Educação e Comunicação, além das campanhas, divulgações e iniciativas já conhecidas, trouxemos uma grande inovação, lançando, com o Dia Nacional do Campo Limpo, o programa educativo *Ciclo de vida das embalagens*, que está alinhado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do MEC e atingiu mais de 70.000 crianças do ensino fundamental I e II em 1.022 escolas municipais, estaduais e da zona rural.

O objetivo de contribuir para a autossustentabilidade econômica do programa com a diminuição de custos para todos os elos da cadeia está mais próximo. O fechamento da gestão do ciclo completo de vida da embalagem, ou de resíduo pós-consumo, dentro do próprio setor já é uma realidade. A *Ecoplástica Triex*, única embalagem do gênero no mundo com tecnologia especialmente desenvolvida para atender às exigências de qualidade, ao mesmo tempo agrega um benefício ambiental mensurável. Hoje, a *Ecoplástica* firma-se no mercado de embalagens reconhecida por seus atributos. A *Campo Limpo Reciclagem* e

Transformação de Plásticos é a responsável por atingir este grau de excelência.

Na área da qualidade, além da extensão da certificação ISO 9001 da *Campo Limpo* para projetos, desenvolvimento e fabricação de embalagens plásticas, fomentamos junto aos nossos recicladores parceiros a implantação da política da qualidade. Como resultado, a *Dinoplast*, primeira recicladora a fazer parte do sistema, obteve em 2010 a certificação ISO 9001. Um fator de extrema relevância para o país e o meio ambiente foi a chegada da lei que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O *inpEV* participou ativamente da discussão e elaboração, e nela pode-se enxergar claramente os princípios e conceitos por nós praticados há 10 anos, tais como responsabilidade compartilhada, logística reversa, gestão integrada de resíduos sólidos e ecoeficiência.

Com o advento da PNRS, o *inpEV* foi convocado a dar apoio a outros setores ligados à indústria de produtos fitossanitários ou voltados ao setor agrícola. Entendemos que agir nesta direção é um dever, compartilhando nossas experiências com os mesmos atores já inseridos no sistema atual (revendedores/cooperativas). Para 2011, dois projetos pilotos estão em fase de estudos com os setores de saneantes para controle de pragas urbanas por aplicadores profissionais e de sementes.

Na linha da gestão interna, a criação e implantação do Código de Conduta consolida os princípios da atuação do instituto e reforça

os aspectos da Governança Corporativa. O programa de Gestão do Capital Humano vem na direção de assegurar o desenvolvimento dos colaboradores e as competências necessárias para fazer frente aos desafios futuros. Assim também se pode dizer do programa de indução da Inovação e Criatividade, que tem o objetivo de consolidar conhecimento adquirido, mas também de criar um estoque de novos conhecimentos e de novas ideias que alavancuem o nosso futuro.

Não poderia terminar sem ressaltar que a participação dos revendedores, cooperativas e agricultores foi determinante para que o sistema de destinação de embalagens vazias atingisse o estágio de desenvolvimento atual, trazendo muito orgulho para todos os elos da cadeia e colocando o Brasil no topo do mundo entre os países que promovem a destinação pós-consumo de embalagens de defensivos agrícolas.

João Cesar M. Rando
Diretor Presidente



Logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos

Legislação

A prática de destinar corretamente as embalagens vazias de agrotóxicos é obrigatória desde 2002, quando entrou em vigor a Lei nº 9.974/00, regulamentada pelo Decreto nº 4.074/02, que determinou as responsabilidades compartilhadas entre agricultores, canais de distribuição/cooperativas, indústria e poder público quanto ao destino pós-consumo dessas embalagens.

Em 2010, foi promulgada e regulamentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 7.404/10), determinando que o sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens continuem a seguir o disposto na Lei nº 7.802 de 1989 e Decreto nº 4.074 de 2002, ampliando para outros setores as responsabilidades quanto à destinação correta de seus resíduos.

Em 17 de fevereiro de 2011, o governo instalou o Comitê Orientador de Logística Reversa, que vai definir a regulamentação das regras para a devolução dos resíduos. O Comitê é formado pelos ministérios do Meio Ambiente, da Saúde, da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Comitê se reunirá a cada quatro meses e, em junho, apresentou o cronograma e os editais para os acordos com cada setor.



Histórico do sistema

O inpEV foi fundado em 14 de dezembro de 2001 e entrou em funcionamento em março de 2002, após a promulgação da Lei 9.974/00, que disciplina a destinação das embalagens dos produtos fitossanitários. A Lei divide responsabilidades a agricultores, canais de distribuição, indústria e poder público e estimula a criação do Sistema Campo Limpo (o sistema de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos). Mas a história do sistema remonta a 1992. Veja os principais acontecimentos:

1992

Fechada parceria entre a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Secretaria da Agricultura de São Paulo, a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e a Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (Coplana). Firmado convênio com a Dinoplast, em Louveira (SP), para reciclagem.

1994

Início das atividades na unidade piloto de Guariba, a primeira do Brasil.

1997

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publica a NBR 13.968/1997, regulamentando a lavagem das embalagens vazias de defensivos agrícolas; a embalagem passa a ser considerada dejetado comum, possibilitando sua reciclagem.

2000

Promulgada a Lei Federal nº 9.974/00, que distribui responsabilidades dentro da cadeia produtiva agrícola, ou seja, agricultor, fabricante, sistema de comercialização e poder público.

2001

Em 14 de dezembro, é fundado o inpEV.

2002

Em março, o inpEV começa a operar. Regulamentado o Decreto nº 4074.

2003

Brasil torna-se líder na destinação das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

2004

O inpEV firma parceria com oito empresas recicladoras, que transformam as embalagens vazias em 12 materiais.

2005

O sistema torna-se referência mundial. Comemorado em todo o Brasil o primeiro Dia Nacional do Campo Limpo.

2008

Inaugurada a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos.

2009

Lançada a Ecoplástica Triex, primeira embalagem de agrotóxicos produzida com resina reciclada, fechando o ciclo de vida da embalagem dentro do próprio setor.

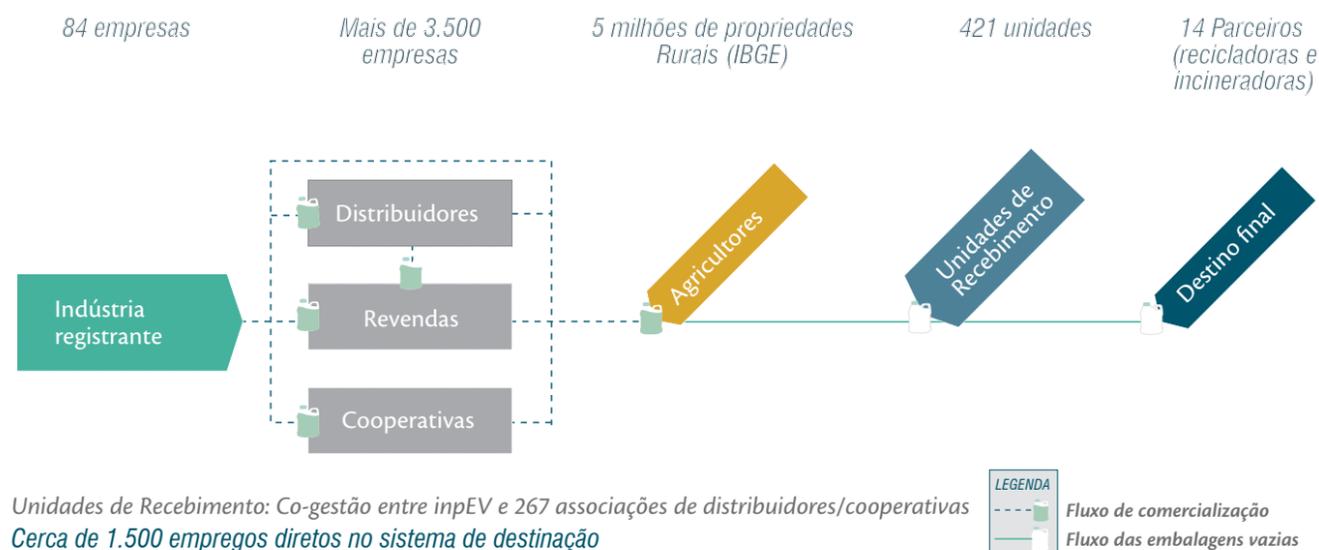
2010

Lançado o programa educativo Ciclo de Vida das Embalagens, aplicado a alunos de 4º a 7º ano de escolas municipais, estaduais e da zona rural do entorno das centrais de recebimento. Em seu primeiro ano de implantação, 1.022 escolas trabalharam o conteúdo oferecido pelo inpEV e pelas centrais junto a mais de 70 mil alunos do ensino fundamental I e II. Criada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Fluxo do sistema

P

articipam desse programa 84 empresas fabricantes de defensivos agrícolas que comercializam seus produtos por meio de mais de 3.500 empresas (distribuidores e cooperativas) ou diretamente para agricultores em todo país. Estes, por sua vez, utilizam os agroquímicos e devolvem suas embalagens vazias nas 421 unidades de recebimento do sistema que são indicadas na nota fiscal de venda. Essas unidades são geridas por 267 associações de distribuidores e cooperativas, sendo que, em muitos locais, sob modelo de cogestão com o inpEV. A destinação das embalagens a partir das unidades de recebimento é realizada pelo inpEV, que possui uma rede de 14 parceiros, entre recicladores e incineradores, localizados em 6 Estados: Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse programa gera mais de 1.500 empregos diretos.



Responsabilidade compartilhada

A Legislação Federal determina que a destinação correta das embalagens vazias de agrotóxicos cabe a todos os agentes atuantes na produção agrícola: agricultores, canais de distribuição/cooperativas, indústria fabricante e poder público. O inpEV foi criado para representar a indústria fabricante nesse processo.

A essência do sistema de destinação é o comprometimento e engajamento de todos os elos da cadeia, com responsabilidades que se complementam, visando à preservação do meio ambiente e ao cumprimento da legislação.

O produtor rural deve fazer a tríplice lavagem ou lavagem sob pressão das embalagens vazias, além de perfurar o fundo dessas embalagens para inutilizá-las e evitar que sejam reaproveitadas. É preciso armazená-las corretamente e, até um

ano após a compra, entregá-las na unidade de recebimento indicada na nota fiscal de venda. No momento de devolução das embalagens, o agricultor recebe um comprovante, que precisa ser guardado por mais um ano, caso haja uma fiscalização.

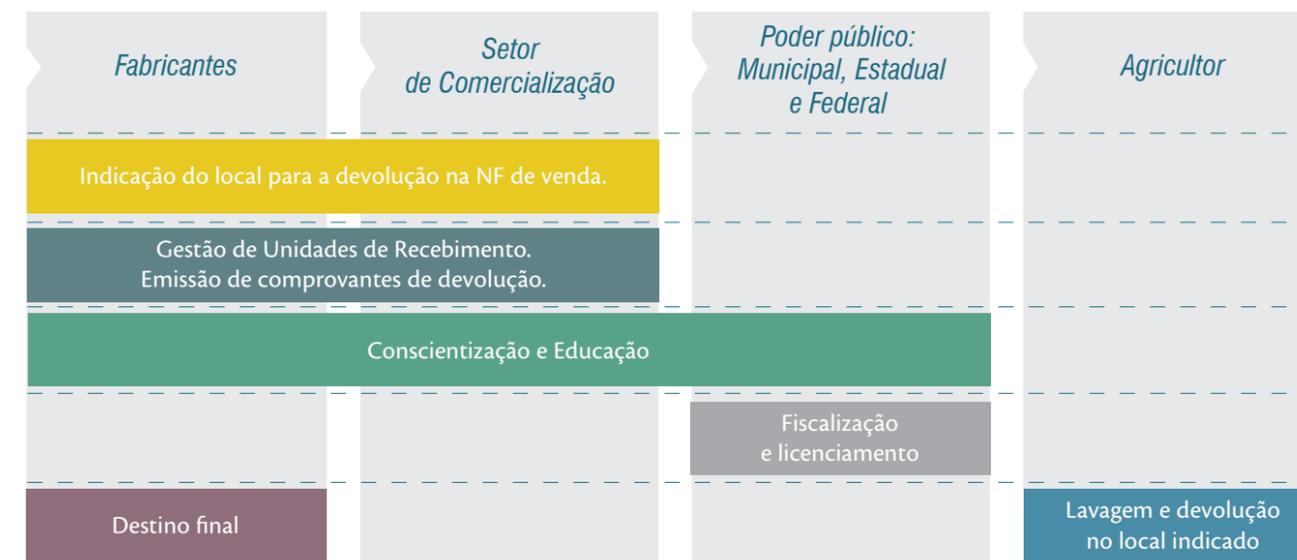
Mais informações sobre a tríplice lavagem ou lavagem sob pressão podem ser encontradas no link: http://www.inpev.org.br/responsabilidades/triplice_lavagem/responsabilidade_agricultor/responsabilidade_agricultor.asp

Os canais de distribuição (revendas, cooperativas ou fabricantes) devem indicar, na nota fiscal, ao comprador dos defensivos agrícolas, o local onde as embalagens vazias devem ser devolvidas. Também cabe a eles manter e

gerenciar as unidades de recebimento, e emitir comprovantes de entrega das embalagens, além de orientar e conscientizar os agricultores sobre esses procedimentos.

Representados pelo inpEV, os fabricantes retiram as embalagens vazias que foram devolvidas nas unidades de recebimento e as enviam para a correta destinação – reciclagem ou incineração. O inpEV também cogereencia as unidades de recebimento com o sistema de comercialização, além de orientar e conscientizar o agricultor sobre suas responsabilidades.

Compete ao poder público a concessão de licença das unidades de recebimento e fiscalização do funcionamento do sistema. Além disso, este tem o papel de apoiar as ações de educação e conscientização para disseminar a legislação.



Funcionamento do sistema

Estrutura organizacional

Para assegurar o cumprimento de seus objetivos e responsabilidades com o dinamismo necessário, a estrutura organizacional do inpEV está definida com base em três processos de trabalho: básico, suporte e administrativo. Os processos básicos são aqueles que estão diretamente ligados à destinação das embalagens vazias

dos agrotóxicos: recebimento, armazenagem nos postos, transporte dos postos às centrais, armazenagem nas centrais, transporte das centrais ao destino e disposição final (reciclagem ou incineração).

Os processos de suporte, por sua vez, envolvem o apoio ao desenvolvimento tecnológico de embalagens de produtos fitossanitários, a comunicação entre o instituto e seus públicos

de interesse, a promoção da educação e consciência de proteção ao meio ambiente e a saúde humana, além das atividades de apoio e orientação aos agentes envolvidos no sistema sobre o cumprimento de suas responsabilidades legais.

Já os processos administrativos envolvem o gerenciamento dos recursos humanos, financeiros e a tecnologia de informação.

Passo a passo da logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos

1 - Orientação ao agricultor

No momento em que compra o agrotóxico, o produtor rural deve ser orientado sobre os procedimentos de lavagem, acondicionamento, armazenamento, transporte e devolução de embalagens vazias. Ele também deve ser informado qual é a unidade de recebimento de embalagens vazias mais próxima, e o endereço deve aparecer na nota fiscal de venda do produto.

2 - Tríplex lavagem ou lavagem sob pressão no momento da aplicação

O usuário deve preparar as embalagens vazias antes de devolvê-las às unidades de recebimento. Como a maioria das embalagens é lavável, é fundamental a prática da tríplex lavagem ou lavagem sob pressão. A lavagem ocorre no momento em que se prepara a calda para aplicação do produto. É preciso também perfurar o fundo da embalagem para inutilizá-la.

3 - Preparação para a devolução

As embalagens vazias podem ser armazenadas temporariamente na propriedade rural junto

aos produtos cheios, ou então em um local coberto, ventilado, ao abrigo de chuva. Essas embalagens devem ficar longe de residências e alojamentos, e nunca junto de alimentos ou rações.

4 - Devolução no local indicado na nota fiscal

O usuário é responsável pelo transporte das embalagens vazias até a unidade de recebimento (posto ou central) indicada na nota fiscal de compra, no prazo de um ano após a data da compra. As embalagens nunca devem ser transportadas junto a pessoas, animais, alimentos, medicamentos ou ração animal, nem dentro de cabines de veículos automotores.

5 - Postos de recebimento

Os postos são unidades ambientalmente licenciadas, com no mínimo 80 m² de área construída, administrados por associações de distribuidores e cooperativas agrícolas. Os postos recebem as embalagens, classificam entre lavável e não lavável, separam por tipo de material e emitem um comprovante de entrega para os agricultores.

6 - Transporte dos postos para as centrais

O inpEV realiza o transporte das embalagens dos postos de recebimento para as centrais. As embalagens não laváveis são encaminhadas diretamente dos postos para o destino final.

7 - Centrais de recebimento de embalagens

Essas unidades de recebimento de embalagens devem ser licenciadas ambientalmente e ter no mínimo 160 m² de área construída. Normalmente elas são administradas por uma Associação de Distribuidores/Cooperativas, em parceria com o inpEV. Elas recebem embalagens diretamente de agricultores, de postos de recebimento ou de estabelecimentos comerciais licenciados. As embalagens são, então, inspecionadas, classificadas entre lavadas e não lavadas, separadas por tipo de material e compactadas, para a maior eficiência do transporte. As centrais também emitem comprovante de entrega para os agricultores.

8 - Transporte para o destino final

Cabe ao inpEV a responsabilidade sobre o transporte das embalagens, das centrais de

recebimento até seu destino final. Quando as centrais emitem uma ordem de coleta, o sistema logístico gerido pelo inpEV providencia a retirada das embalagens e seu encaminhamento ao destino mais adequado – reciclagem ou incineração.

9 - Reciclagem ou incineração:

A reciclagem das embalagens plásticas, metálicas, de papelão e tampas é feita por dez empresas recicladoras, localizadas em cinco Estados, que produzem mais de 17 produtos reciclados diferentes. Já as

embalagens não laváveis e as que não foram lavadas corretamente são encaminhadas para incineração, que é feita por cinco empresas parceiras.

Mais informações: www.inpev.org.br

Funcionamento do programa



01

No ato da venda do produto, o usuário (agricultor) deve ser informado sobre os procedimentos de lavagem, acondicionamento, armazenamento, transporte e devolução de embalagens vazias. O endereço da unidade de recebimento de embalagens vazias mais próximo também deve ser informado e deve constar no corpo da Nota Fiscal de venda do produto.



06

As embalagens são transportadas dos postos para as centrais pelo inpEV. As embalagens não laváveis são encaminhadas dos postos diretamente para o destino final.



02

Para as embalagens que são laváveis é fundamental a prática da tríplex lavagem ou lavagem sob pressão no momento da aplicação do produto do preparo da calda. A embalagem deve, ainda, ser inutilizada com o fundo perfurado.



07

São unidades de recebimento de embalagens licenciadas ambientalmente com no mínimo 160m² de área construída, geridas usualmente por uma Associação de Distribuidores/Cooperativas com o cogerenciamento do inpEV e recebem embalagens diretamente de agricultores, postos ou estabelecimentos comerciais licenciados. Nessas unidades centrais, as embalagens são inspecionadas, classificadas entre lavadas e não lavadas e separadas por tipo de material. Além disso, são compactadas para a maior eficiência do transporte. As centrais também emitem comprovante de entrega para os agricultores.



03

As embalagens vazias podem ser armazenadas temporariamente na propriedade rural no mesmo local destinado ao armazenamento dos produtos cheios ou em local coberto, ventilado, ao abrigo de chuva, longe de residências, alojamentos e nunca junto de alimentos ou rações.



08

O transporte das embalagens entre as centrais de recebimento e o destino final é de responsabilidade do inpEV. As centrais emitem ordem de coleta para que o sistema logístico gerido pelo inpEV providencie a retirada das embalagens e seu encaminhamento ao destino mais adequado (reciclagem e incineração).



04

É de responsabilidade do usuário o transporte das embalagens vazias até a unidade de recebimento (posto ou central) indicada na nota fiscal de compra, no prazo de um ano da data da compra. As embalagens nunca devem ser transportadas junto a pessoas, animais, alimentos, medicamentos ou ração animal e nem dentro de cabines dos veículos automotores.



09

A reciclagem das embalagens plásticas, metálicas, de papelão e tampas é realizada por dez empresas recicladoras localizadas em cinco Estados, que produzem uma variedade de mais de 17 artefatos reciclados. As embalagens não laváveis e as que não foram corretamente lavadas são encaminhadas para incineração, que é realizada por quatro empresas parceiras.



05

Os postos são unidades ambientalmente licenciadas, com no mínimo 80 m² de área construída, geridos por associações de distribuidores e cooperativas agrícolas e realizam recebimento das embalagens, classificação entre lavável e não lavável, separação por tipo de material e emissão de comprovante de entrega das embalagens para os agricultores.



Governança corporativa
GRI 4.8

O modelo de governança corporativa adotado pelo instituto está alinhado às melhores práticas do mercado, seguindo normas de contabilidade, controle, auditoria e prestação de contas, registrando excelência em

categorias como: coesão societária e empresarial, conformidades jurídicas, responsabilidade com os *stakeholders*, funcionamento e procedimentos, desempenho da Assembleia dos associados, do Conselho diretor e da Diretoria Executiva, e também nos itens valores e crenças, missão e

visão, gestão estratégica, diretrizes e objetivos e respeito ao meio ambiente.

Em 2010, foi implantado um modelo de avaliação do Conselho diretor, que passou a ter um quadro com indicadores de participação e desempenho.

Estatuto social

Confiança, tratamento igualitário dos associados e proteção de interesses dos demais *stakeholders* são características evidenciadas no Estatuto Social do inpEV, que orientam a gestão do sistema nacional de destinação de embalagens.

Em 2010 foi realizada uma atualização no Estatuto para a criação de uma nova classe de associação. A modalidade Empresa e Entidade de classe conveniada, aprovada pela Assembleia de associados, passa a possibilitar

que o inpEV realize a gestão de resíduos de outros setores, como forma de alcançar a autossustentabilidade econômica do programa, preservando os investimentos dos fabricantes de defensivos agrícolas.

Código de conduta

O inpEV publicou seu código de conduta em 2010. O documento desempenha papel fundamental no processo de fortalecimento da cultura do instituto, pois é um instrumento que reforça e dissemina os princípios, valores e missão da entidade, a fim de orientar as ações

dos colaboradores e direcionar a postura social face aos diferentes públicos de relacionamento.

Para sua elaboração, foram realizadas avaliações das melhores práticas do mercado por diversos órgãos e institutos, que abrangem

itens como ambiente de trabalho, exercício de cargo ou função, relacionamentos, conflitos de interesse, responsabilidade de gestores de pessoas, segurança da informação, relações com associados, exatidão das informações e dos relatórios do instituto e setor público.

Assembleia geral GRI 4.4 • 4.6 • 4.9 (parcialmente atendido)

A Assembleia geral, órgão soberano do inpEV, é constituída por associados contribuintes e pelo presidente do Conselho diretor ou por pessoa designada por ele. Suas duas reuniões anuais, convocadas pelo Conselho diretor, são realizadas no primeiro semestre, para aprovação do relatório anual de atividades do exercício

anterior, a prestação de contas e o balanço do exercício concluído e, no segundo semestre, para tratar de assuntos como a eleição dos membros do Conselho diretor e a eleição dos membros do Conselho fiscal. A Assembleia geral extraordinária se reúne mediante requerimento dos associados contribuintes para definir

assuntos como a destituição de membros eleitos, reformas do estatuto ou transformações no inpEV, entre outros assuntos.

As Assembleias foram realizadas em abril e dezembro de 2010.

Conselho diretor GRI 4.1 • 4.2 • 4.6

O Conselho diretor é composto por cinco membros eleitos entre as empresas contribuintes, diretor-presidente do inpEV e representantes dos associados colaboradores. Estes representantes têm mandato de dois anos. Com a saída do presidente ou do vice-presidente do Conselho diretor, uma nova eleição é realizada pelos demais membros do Conselho. O presidente do conselho não acumula a função de diretor executivo no instituto.

Este conselho define as diretrizes de atuação do inpEV, cuida da correta aplicação de seus recursos, aprova despesas e garante a conduta ética e legal da instituição e colaboradores; ainda, monitora resultados, promove a sinergia entre os principais elos da cadeia, fixa as regras do processo eleitoral para a escolha de seus integrantes, elege entre seus membros o presidente e vice-presidente, define seu regimento interno e a direção executiva do inpEV.

Membros do conselho diretor em 2010

Empresas associadas

Bayer

Titular: Peter Ahlgrimm
Suplente: Gottfried Stützer

Dow

Titular: Welles C. Pascoal
Suplente: Celso Frago

DuPont

Titular: José Donizete Vilhena
Suplente: Juan Carlos Bueno

Milenia

Titular: Tarciso Mauro Bonachela
Suplente: Adriano Carneiro Roland

Monsanto

Titular: Luciano Fonseca
Suplente: Anderson Fabrício dos Santos

Entidades associadas

ABAG - Associação Brasileira de Agrobusiness

Titular: Cristiano Walter Simon
Suplente: Luis Antonio Pinazza

AENDA - Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas

Titular e Suplente: Túlio Teixeira de Oliveira

ANDAV - Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários

Titular: Luis Antônio Moreira
Suplente: Henrique Mazotini

ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal

Titular: Eduardo Daher
Suplente: Peter Ahlgrimm

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

Titular: Alexandre Kriechler
Suplente: Daniel Kluppel Carrara

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

Titular: Evaristo Câmara Machado Netto
Suplente: Renato Nobile

SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola

Titular: Amaury Paschoal Sartori
Suplente: José Roberto da Ros

Comitê tributário

Desde março de 2008, o inpEV possui o Comitê tributário, um órgão interno criado para facilitar o alinhamento dos participantes do sistema de destinação de embalagens quanto a questões fiscais, tributárias e societárias que impactam o sistema de destinação de embalagens vazias nas esferas federal, estadual e municipal. O comitê ainda fornece apoio junto aos órgãos – em todas as esferas – para a retirada de certidões, esclarecimento sobre o sistema, entre outros.

O Comitê é formado por profissionais do inpEV, da Campo Limpo S.A e de consultores externos que se reúnem mensalmente.

Conselho fiscal GRI 4.6

O Conselho fiscal é composto por três integrantes eleitos pela Assembleia geral entre os associados contribuintes, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos apenas uma vez. Não é permitido às empresas participar ao mesmo tempo do Conselho diretor e do Conselho fiscal. Esse Conselho se reúne a cada semestre e extraordinariamente quando convocado.

Ele tem a finalidade de auxiliar e fiscalizar os órgãos dirigentes na administração do inpEV e de propor medidas que contribuam para o equilíbrio financeiro do instituto. Ainda compete a ele opinar sobre a prestação de contas, balanços, desempenhos financeiro e contábil, sobre as operações patrimoniais e emitir pareceres sobre assuntos financeiros de interesse do instituto.

Em 2010, o Conselho fiscal foi formado pelas empresas Arysta, Iharabrás e FMC.

Diretoria executiva

O Diretor-Presidente atua para preservar os interesses dos associados e do inpEV junto à sociedade e aos governos. Ele planeja, organiza e coordena as atividades de relações públicas, mantendo encontros com associados, instituições públicas e privadas para colaboração em atividades de interesse comum.

Internamente, sua função é de administrar o instituto e propor ao Conselho diretor as medidas de caráter administrativo, financeiro e econômico necessárias à realização de sua missão, além de garantir o cumprimento das deliberações e diretrizes da Assembleia geral e do Conselho diretor.

O Diretor-Presidente é responsável também por elaborar e submeter ao Conselho diretor o Plano estratégico, o Plano de ações e o Orçamento para cada exercício, além do Relatório de Sustentabilidade, a Prestação de contas e o Balanço.

Auditoria externa independente GRI 3.13

O inpEV segue as normas International Financial Reporting Standards – IFRS (Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros) em suas demonstrações financeiras, que são verificadas por auditoria externa.

Nos exercícios de 2010, 2009 e 2008, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes verificou a adequação das demonstrações financeiras do instituto em relação às posições patrimonial e financeira, e em relação aos resultados das operações, do fluxo de caixa e do patrimônio social.



Gestão de riscos GRI 1.2 • 4.11

A gestão do instituto é pautada pela identificação preventiva, monitoramento e controle dos riscos inerentes ao programa de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos em todas suas frentes de atuação, tais como o transporte, a gestão de unidades e a destinação de embalagens.

Risco trabalhista

O inpEV adota uma política de prevenção de riscos trabalhistas baseada nas melhores práticas de mercado e em padrões internacionais. Esses procedimentos são transferidos às unidades de recebimento de embalagens vazias, cogerenciadas pelo instituto, como forma de minimizar impactos inerentes ao trabalho desempenhado por todos os funcionários.

Os funcionários das unidades de recebimento de embalagens realizam todos os exames previstos pelo Ministério do Trabalho e pela Resolução Conama nº 334, que dispõe sobre a atividade das unidades de recebimento. Além disso, esses funcionários recebem, uma vez por ano, os treinamentos denominados POPi (Procedimentos Operacionais Padrão inpEV), que incluem uma série de práticas operacionais para manuseio das embalagens vazias com foco em produtividade, segurança e qualidade.

Existem dois procedimentos voltados à segurança dos trabalhadores das unidades de recebimento: o plano de ação preventiva e controle de acidentes e as fichas de segurança, que descrevem todos os tópicos indispensáveis para assegurar que o ambiente de trabalho seja seguro.

Risco de recicladores irregulares

O Superior Tribunal de Justiça deliberou em 2009 que os fabricantes representados legalmente pelo inpEV são os únicos responsáveis pela destinação das embalagens vazias. Esse fato reafirma a postura do instituto de direcionar as embalagens de defensivos agrícolas somente para recicladores que possam atender aos requisitos de segurança e meio ambiente, colaborando com o combate aos recicladores irregulares.

A rastreabilidade do material reciclado pelo sistema de destinação final é realizada por meio do controle de volumes de embalagens que entram e saem dos recicladores parceiros e da aprovação prévia de todos os materiais produzidos por eles.

O inpEV tem recebido apoio de órgãos governamentais e da Promotoria Pública na coação a recicladores irregulares, sendo que o instituto, os distribuidores e o poder público têm papel importante na informação, na educação e na conscientização dos produtores rurais quanto às responsabilidades compartilhadas e definidas na legislação vigente.

O instituto promove campanhas educativas nos locais onde é comprovado o risco de desvio das embalagens para sistemas de reciclagem não oficiais. Realizadas com apoio do poder público e do sistema de comercialização, essas campanhas buscam conscientizar o produtor rural sobre os riscos da devolução de embalagens vazias em local diferente ao indicado na nota fiscal.

Ativos intangíveis

O pioneirismo na construção de um sistema de gestão de resíduos de âmbito nacional e a inovação empregada no processo são as bases do trabalho realizado pelo inpEV e representam os principais ativos intangíveis atribuídos ao instituto.

Outro ativo intangível é a transformação por meio da integração e educação, que garante ao inpEV a adesão de milhões de agricultores, centenas de entidades do setor e 84 fabricantes ao sistema. Isso fez do sistema de destinação de embalagens um *case* de sucesso no que diz respeito à realização de campanhas de conscientização e à disseminação da legislação por meio de diversos parceiros, por meio das campanhas desenvolvidas onde se promove a integração entre os diversos integrantes da cadeia (agricultores, cooperativas e revendas, indústria, com apoio do governo). A mobilização em torno do Dia Nacional do Campo Limpo e a inclusão da data no calendário oficial brasileiro demonstram esse alcance.

Marcas e patentes

O instituto valoriza ideias inovadoras e preocupa-se em protegê-las por meio do registro de marcas e patentes. Alguns exemplos são: um equipamento para evaporação de água previamente utilizado em procedimentos industriais diversos e o processo para fabricação de embalagens plásticas residuais a partir de material reciclado. Além disso, o inpEV possui 19 marcas registradas ou em fase de registro – entre elas, a própria marca inpEV, a marca Campo Limpo e o Triturador Inteligente inpEV (Tri).

Direitos autorais

O inpEV possui os direitos autorais sobre o espantalho Olimpio, personagem-símbolo das campanhas educativas do instituto, que se tornou um ícone no mercado agrícola e viaja o Brasil para reforçar a mensagem educativa, em prol da conscientização dos envolvidos no programa de descarte de embalagens. O espantalho Olimpio surgiu em 2003, quando estreou a primeira campanha para agricultores, buscando reforçar as responsabilidades previstas na Lei Federal nº 9.974/00. A criação do personagem contribuiu para tornar as campanhas educativas do inpEV mais descontraídas, gerando uma maior identificação do tema com o agricultor e sua família, públicos-alvo da ação.

Ecoplástica Triex

A embalagem Ecoplástica Triex foi desenvolvida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos e começou a ser comercializada em 2009. A solução inovadora é uma importante conquista para o sistema de destinação de embalagens. Afinal, é a primeira embalagem produzida para o mercado de defensivos agrícolas usando resina reciclada proveniente do próprio sistema de logística reversa de embalagens, simbolizando o fechamento do ciclo da gestão das embalagens de agrotóxicos dentro da própria cadeia.

A produção da nova embalagem ainda pode ser traduzida em ganhos ambientais concretos. Cada Ecoplástica de 20 litros produzida evita a emissão de 3,6 quilos de gás carbônico equivalente. Em 2010, a Ecoplástica foi comercializada para cinco empresas e a Campo Limpo teve toda sua produção vendida.



Prêmios e reconhecimentos GRI 2.10 • 4.13

A

qualidade e excelência da atuação do inpEV e os resultados do sistema são reconhecidos a cada ano por meio de importantes premiações, tais como as obtidas em 2010.

O inpEV conquistou o ouro na XVI Mostra ABMR&A de Comunicação em Marketing Rural e Agronegócio, na categoria Campanha de Serviço, com o filme “Os dois lados da consciência”. Foi a terceira campanha educativa lançada pelo instituto, com o apoio do Governo Federal e estrelada pelo espantalho Olímpio. A ABMR&A (Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio) é uma entidade que contribui para a promoção e o desenvolvimento do marketing rural e de agronegócios no Brasil.

O instituto recebeu recomendação especial do prêmio internacional Agrow Awards, na categoria *Stewardship*. O reconhecimento atesta a importância do fechamento do ciclo de vida das embalagens com a produção da Ecoplástica Triex, desenvolvida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos. O prêmio é um dos principais do agronegócio mundial, e a categoria “*Best Stewardship Programme*” busca reconhecer associações, companhias ou indivíduos por se destacarem na gestão sustentável de produtos fitossanitários. É a segunda vez consecutiva que o instituto é reconhecido pela publicação inglesa. Em 2009, o *case* vencedor da mesma categoria foi sobre a abrangência do programa de descarte de embalagens, que envolve todos os agentes da cadeia produtiva agrícola com excelentes resultados.

Reforçando o posicionamento do inpEV com o seus públicos, o Relatório Anual do instituto ficou entre os três melhores no Prêmio Abrasca, na categoria Organizações Não Empresariais. O Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual é uma iniciativa da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e tem como objetivo incentivar as organizações a desenvolverem trabalhos cada vez mais contextualizados e conceituais, destacando a qualidade das informações.

Somados a estes reconhecimentos, o inpEV recebeu um convite da junta diretiva e tornou-se membro honorário da CropLife Latin America. A CropLife Latin America é uma organização sem fins lucrativos composta por uma rede de oito companhias e associações em 18 países da América Latina. Ela é responsável por representar a indústria da ciência dos cultivos que pesquisa, inventa, desenvolve, fabrica e comercializa produtos agroquímicos de biotecnologia e serviços. A entidade promove as boas práticas agrícolas, a proteção da saúde dos usuários e consumidores e a preservação do meio ambiente



Cena do filme da campanha *Os dois lados da consciência*, que ganhou ouro na XVI mostra ABMR&A.



Estratégia e gestão

Projetos Metas no Relatório de Sustentabilidade 2009	Resultado 2010	Acompanhamento
Projetos empresariais: Em 2009, o instituto focou em 25 projetos estratégicos a serem desenvolvidos até 2013. Para 2010, o número de projetos foi reduzido para 24: 5 foram completamente implementados ou incluídos em projetos estratégicos com os quais possuíam sinergia (caravela, socioeficiência, desenvolvimento e implantação do centro de serviços compartilhados, governança corporativa e Dia Nacional do Campo Limpo). Dois novos projetos foram criados (gestão de postos e segurança nas centrais).	✓	Os projetos empresariais estão em constante revisão para acompanhamento e priorização. Para 2011, os projetos empresariais foram revistos e priorizados: seis deles foram descontinuados ou incluídos em projetos estratégicos com os quais possuíam sinergia: novos negócios: veterinários, distribuição de ganhos, novos negócios fertilizantes, rastreabilidade, otimização fiscal e tributária com foco na PNRS e introdução de novos negócios no sistema. Sete deles foram concluídos em 2010 (ambiente inpEV, estruturar e implantar processos e procedimentos integrados, fortalecer imagem, gestão de centrais: consolidar novo modelo de remessa, gestão de postos, implantar processo de acompanhamento de novas embalagens, redução de índice de embalagens não lavadas). Um novo projeto foi criado: Política Nacional de Resíduos Sólidos – logística reversa de produtos impróprios.
A Campo Limpo começará a produzir embalagens recicladas a partir do material plástico recebido para destinação final.	✓	A Campo Limpo Reciclagem e Transformação já produz e transforma cerca de 6.500 toneladas de resina plástica e aproximadamente 3.200 toneladas em embalagens multicamadas.
O objetivo é chegar até 2015 produzindo embalagens e gerando recursos suficientes para garantir e ampliar a sustentabilidade do sistema.	✓	A meta continua a mesma.
Investimentos de R\$ 19 milhões em 2009 e mais de R\$ 34 milhões até 2011, quando a recicladora deverá atingir o número de 140 empregados.	✓	A meta continua a mesma para 2011. Até 2010 já foram investidos R\$ 30 milhões. Apenas em 2010 foram investido R\$ 12,6 milhões na ampliação do parque de sopradoras, na construção da área de utilidades e na construção do novo restaurante.
Autossustentabilidade econômica.	✓	A meta continua a mesma.

Estratégia



inpEV tem como estratégia o crescimento sustentável por meio da ampliação do seu portfólio de produtos e serviços prestados, respeitando a missão do instituto e gerando valor para seus associados. Os projetos e iniciativas do inpEV são desenvolvidos e implementados com o envolvimento de todas as áreas, e estão atrelados aos objetivos estratégicos do instituto: excelência operacional, autossustentabilidade

econômica, organização/ambiência, liderança para o ambiente externo e imagem.

Os projetos são planejados no ano anterior à sua execução e as etapas são acompanhadas pela diretoria executiva e gerências correlatas. O acompanhamento é feito por meio de um painel de bordo, apresentado em reuniões mensais de gerenciamento, e em três reuniões anuais de revisão de projetos.

A atuação do inpEV é direcionada pelas cinco perspectivas do *Balanced Score Card* (BSC), metodologia de medição e gestão estratégica de desempenho: 1) econômico-financeiras, 2) processos externos/clientes, 3) processos internos, 4) aprendizado e crescimento, e 5) qualidade para o cliente.

Os 24 projetos trabalhados em 2010 estavam distribuídos conforme figura abaixo:

Econômico - Financeira	Processos externos/clientes	Processos Internos	Aprendizado e Crescimento	Qualidade para o cliente
Autossustentabilidade (7)				
	Excelência Operacional (12)			
			Organização/ ambiência (2)	
				Liderar para ambiente externo (1)
			Imagem (2)	

Projetos

O sistema de destinação de embalagens tem como desafio permanente criar soluções para atender a novas e antigas demandas. Todos os projetos do inpEV possuem líderes responsáveis pela sua condução, e há monitoramento e acompanhamento da evolução dos mesmos. Esses projetos envolvem iniciativas de conscientização e educação dos públicos de relacionamento do inpEV, segurança e melhoria de processos, ampliação de escopo de trabalho, entre outros.

Novos setores

Domissanitários de uso profissional e sacaria de sementes

Em 2010, o inpEV obteve significativos avanços em seu projeto de prestar serviços para novos setores. O foco do instituto está voltado principalmente à gestão da destinação de sacaria de sementes e de embalagens de produtos saneantes de uso profissional para controle de pragas e vetores urbanos. A maioria das empresas fabricantes

desses produtos já é associada ao inpEV para a destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, e estão discutindo formas de viabilizar projetos pilotos em 2011, com apoio do instituto.

Obsoletos e impróprios

É proibido em todo o território nacional a fabricação, comercialização, distribuição e uso de produtos agrotóxicos organoclorados destinados à agropecuária, de acordo com a Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura, de 2 de setembro de 1985. Além disso, desde 2004 o Brasil é signatário da Convenção de Estocolmo, um tratado internacional que restringe a fabricação e o uso de compostos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Entre eles, estão os seguintes agrotóxicos obsoletos como aldrina (sólido e líquido), alfa-hexaclorociclohexano, beta-hexaclorociclohexano, clordano, DDT e hexaclorobenzeno.

Como faltaram no país medidas e procedimentos para dar destino adequado a esses produtos, ainda encontram-se agrotóxicos obsoletos em muitas propriedades rurais, sendo que os responsáveis pela guarda estão sujeitos à Lei de Crimes Ambientais.

O InpEV apoia em todo o Brasil a busca de soluções conjuntas para a eliminação de

agrotóxicos banidos que estejam no campo, também preconizada pela Convenção de Estocolmo.

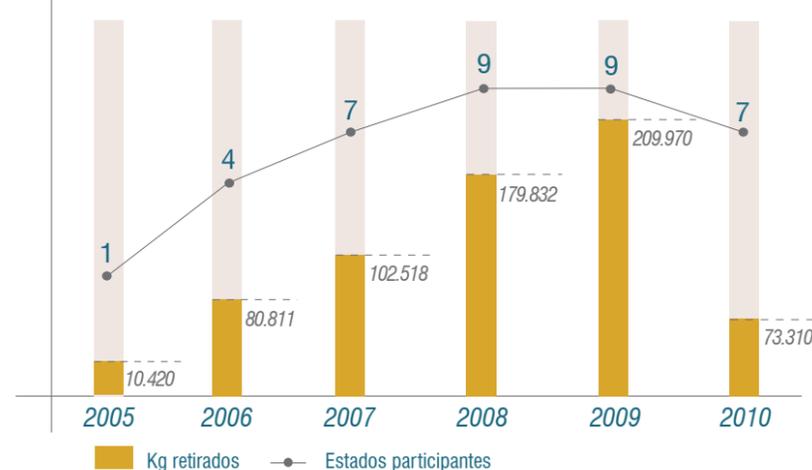
No Estado de São Paulo, foi constituído em 28 de maio de 2009, por meio da Resolução Conjunta SMA/SAA Nº 002, o "Grupo de Trabalho (GT) Interdisciplinar de Destinação Final de Agrotóxicos" com o objetivo de eliminar os agrotóxicos obsoletos, em especial os POPs (poluentes orgânicos persistentes) no Estado de São Paulo. O GT é formado por representantes de diversas entidades e instituições da cadeia produtiva e do poder público, e se reuniu sete vezes em 2010. Como resultado, foi expedida a Decisão de Diretoria da Cetesb nº 365 de 29 de novembro de 2010, que possibilitará aos produtores rurais declarar os produtos armazenados nas propriedades do Estado. Essas informações darão origem ao mapeamento e inventário desses produtos. As declarações por parte dos agricultores estão previstas para 2011.

No Estado do Paraná, um levantamento feito

em 2009 por meio da Lei Estadual nº 16.082/09 identificou cerca de 630 toneladas de agrotóxicos obsoletos em mais de 1.900 propriedades rurais. Em dezembro de 2010, foi assinado um termo de cooperação técnica entre os parceiros envolvidos – governo, Sistema Faep, Sistema Ocepar e InpEV –, dividindo responsabilidades pela realização do trabalho de recebimento e destinação dos resíduos entre agricultores, comerciantes, fabricantes e poder público. Ainda em 2010, o Governo do Estado realizou uma licitação pública e contratou uma empresa que será responsável por acondicionar e transportar os resíduos até a incineração. Além disso, foram identificados 21 pontos no Estado para o armazenamento temporário dos resíduos. O início das operações ainda não tem data definida.

Além da participação ativa nos programas existentes, o InpEV possui uma política de atuação em retiradas pontuais e destinação de produtos obsoletos e impróprios para uso, que permitiu em 2010 a destinação de 73 toneladas de produto em sete Estados.

Histórico da retirada dos obsoletos e impróprios



Campo Limpo Reciclagem e Transformação

A Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. foi idealizada pelo InpEV e inaugurada em maio de 2008 em Taubaté, no interior de São Paulo e representa uma iniciativa pioneira no mundo.

Seu objetivo é fechar o ciclo da gestão das embalagens pós-consumo dentro da própria cadeia, visando a autossustentabilidade econômica do sistema de destinação de embalagens vazias por meio da produção de embalagens utilizando resina reciclada do próprio sistema. Atualmente, a empresa possui cerca de 140 funcionários e visa ser uma referência e centro de excelência na reciclagem e transformação de plásticos. Nesse sentido, um dos principais marcos alcançados em 2010 foi a ampliação do escopo de certificação ISO 9001:2008. A nova certificação abrange a reciclagem e transformação de plásticos em resinas pós-consumo: projeto, desenvolvimento e fabricação de embalagens plásticas. A primeira certificação, obtida em 2009, englobava o processo de reciclagem e transformação para a produção de resinas pós-consumo.

A fábrica foi concebida e atua dentro dos conceitos de ecoeficiência de forma a gerar o menor impacto possível no ambiente. Como exemplo, promove o reaproveitamento de toda a água da chuva, possui moderna estação de tratamento de efluentes, faz o uso otimizado da luz natural por meio de construções inteligentes e adota equipamentos com o selo *carbon free*.

A Campo Limpo gerou em 2010 uma receita para o sistema, por meio do arrendamento operacional, de R\$ 2,7 milhões, valor 50% acima do verificado em 2009 (R\$ 1,8 milhão). Até 2010, foram investidos R\$ 30 milhões em projetos e melhorias nos processos. Para 2011, a previsão é de investir mais de R\$ 10 milhões.

Atuando como um centro de desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à reciclagem,

os principais produtos comercializados pela Campo Limpo são a Resina Pós-Consumo (RPC), comercializada a partir de 2008, e a Ecolástica Triex de 20 L, destinada ao envase de agroquímicos, sendo a primeira embalagem produzida com material plástico reciclado proveniente de embalagens de defensivos agrícolas. Em breve, deve ser comercializada também a Ecolástica Triex de 5 L, ainda em fase de teste.

Outro projeto em andamento em 2011 é a apresentação, ao Conselho de Administração da Campo Limpo, de um plano de investimentos para a ampliação da empresa, visando o aumento na produção de embalagens do setor agroquímico e outros setores.

Na área industrial pode-se destacar a criação e estruturação da área de Projetos e Manutenção, além da instalação de uma área para o processamento interno das borras plásticas com o objetivo de reduzir os custos produtivos.

Relacionado ao produto, desenvolvimento e qualidade, uma nova sistemática foi implantada para medir o índice de desempenho do produto e a satisfação do cliente. A aprovação da Ecolástica Triex 5 L C95 nos testes de certificação é um grande destaque, bem como o início do processo de certificação da Ecolástica Triex para transporte marítimo. Para complementar a tecnologia utilizada para o desenvolvimento tecnológico das embalagens e matéria-prima, um novo equipamento passou a integrar o laboratório da fábrica: uma máquina de medição coordenada por 3D.

A Campo Limpo desenvolve um programa de treinamento dirigido à formação de profissionais voltados à atividade de reciclagem e transformação de plásticos. Foi investido 70,3 horas/ano/colaborador em 2010, versus uma média da região de 10,12 horas. Ainda na área de gestão de pessoas, diversas foram as iniciativas organizadas para os colaboradores e familiares,

tais como a celebração de datas comemorativas (como o dia das crianças), sala de descanso e jogos, caixa da cultura em parceria com o Sesi e campanhas diversas sobre tabagismo, álcool, drogas e saúde.

A Campo Limpo é composta por 31 acionistas, todos fabricantes de defensivos agrícolas. Alicerçada pelo princípio da transparência, é administrada por um Conselho de Administração composto por cinco membros titulares e igual número de suplentes, um Conselho fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes e uma Diretoria Executiva.



Gestão

Certificações e Melhorias Metas no Relatório de Sustentabilidade 2009	Resultado 2010	Acompanhamento
Buscaremos certificações ISO 9000 e 14000 para o escritório do inpEV e Central de Rondonópolis.	✓	A implantação da ISO 9001:2008 para 2011. Não há novo prazo estabelecido para a certificação ISO 14000.
Parcerias acadêmicas para estudos de odor, resíduos da estação de tratamento de efluentes, coprocessamento, reciclagem energética e reciclagem de embalagens rígidas contaminadas.	✓	Não foram estabelecidas parcerias acadêmicas em 2010. O coprocessamento é um projeto empresarial que está em andamento em 2011.
Treinamentos na segregação dos diferentes materiais para aumentar a produtividade das centrais.	✓	Os treinamentos para a correta segregação das embalagens por tipo de plástico são constantemente oferecidos aos funcionários das unidades de recebimento.

Acompanhamento de resultados

Por meio da Extranet, área de acesso exclusivo localizada no site do inpEV, os associados podem obter informações gerais sobre atas de reuniões, orçamento e planejamento estratégico. As centrais de recebimento podem acessar em sua área exclusiva os comunicados do inpEV, as agendas e atas de reuniões, imagens, indicadores de performance, entre outras informações.

Os resultados do sistema também podem ser acompanhados pelo site do instituto (www.inpev.org.br) e por outros dois meios de comunicação: a newsletter, que a cada edição é distribuída eletronicamente para 5 mil pessoas, e o "Informativo inpEV", um boletim impresso com tiragem de 10 mil exemplares e periodicidade bimestral.

Painel de bordo

O painel de bordo é uma ferramenta desenvolvida pela Fundação Dom Cabral, utilizada desde 2006 pelo inpEV para avaliar os resultados alcançados e orientar as mudanças de estratégia e o planejamento de ações. Ele é constituído pelo painel geral, com os principais indicadores das áreas do instituto, e painéis de cada uma das áreas, com os resultados de todos os indicadores. O acompanhamento é realizado mês a mês e, durante as reuniões de Avaliação Gerencial Mensal (AGM) e do Conselho diretor, há a verificação da indicação de desempenho de cada ação.

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado	Descrição do indicador
Embalagens	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Toneladas de embalagens destinadas
Embalagens recicladas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Toneladas de embalagens enviadas para reciclagem
Mono total	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Quantidade em quilos de material mono camada
Coex total	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Quantidade em quilos de material Coex
Orçamento	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Consumo R\$
Custo do sistema (total)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Custo total em R\$/Kg
Custo do sistema (sem área de Projetos)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Custo total em R\$/Kg
Incineração	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Custo em R\$/Kg
Peso por truck	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Kg/equivalente
Exposição na mídia	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	Em centímetros

● Meta superada ● Meta realizada ● Meta não alcançada ● Meta realizada, ainda que próxima do limite inferior



*Aspecto
econômico-financeiro
GRI EC1*

Recursos que financiam o programa

Desde 2002, foram investidos R\$ 440 milhões no sistema de destinação de embalagens de defensivos agrícolas. Desse montante, cerca de 80% foram investidos pela indústria fabricante por meio do inpEV, sendo R\$ 53,8 milhões só em 2010. Esses recursos são aplicados no financiamento de todas as atividades do instituto – entre elas, logística e destinação

das embalagens, manutenção e construção das unidades de recebimento, campanhas educativas e tecnologia da informação.

Além disso, os demais elos da cadeia produtiva agrícola assumem uma parte nos custos do sistema. O agricultor tem o custo de transportar as embalagens até a unidade de recebimento indicada na nota fiscal de venda. O comerciante

(revendedores e cooperativas), por sua vez, assume os custos de construção e administração das unidades de recebimento, os quais são compartilhados com as empresas fabricantes por meio do inpEV. Já o governo compartilha os custos das iniciativas de conscientização e educação com os fabricantes e comerciantes.

Fluxo financeiro

O orçamento do inpEV é aprovado pela Assembleia geral anual, formada por representantes de empresas e entidades associadas, e acompanhado mensalmente pelo Conselho diretor. Os associados têm acesso a essas informações em uma área exclusiva no site do instituto (www.inpev.org.br).

As contribuições anuais dos associados são a principal fonte de recursos financeiros do inpEV. O valor de cada contribuição é calculado de acordo com o tipo de embalagem vendida, a região das vendas e o volume de embalagens comercializadas. Os dados são declarados pelos fabricantes e, a cada exercício, são auditados por empresas independentes.

Cabe aos recicladores pagar ao inpEV a taxa tecnológica, calculada com base nos volumes de embalagens recebidos e pela prestação de serviços e transferência de conhecimento. Todo o valor recebido pelo inpEV é aplicado em melhorias para o sistema de destinação de embalagens, para custeio de despesas operacionais e manutenção do programa.

O inpEV possui um convênio com as associações gerenciadoras de centrais, que remetem as embalagens vazias aos recicladores do sistema. O instituto repassa a cada associação gerenciadora o recurso correspondente às embalagens remetidas aos recicladores por cada unidade de recebimento,

até o valor máximo necessário para custear suas despesas. Os recursos são geridos em comum acordo entre as partes envolvidas no convênio e são integralmente aplicados no sistema de destinação, que é deficitário e tem suas atividades mantidas pelos elos da cadeia.

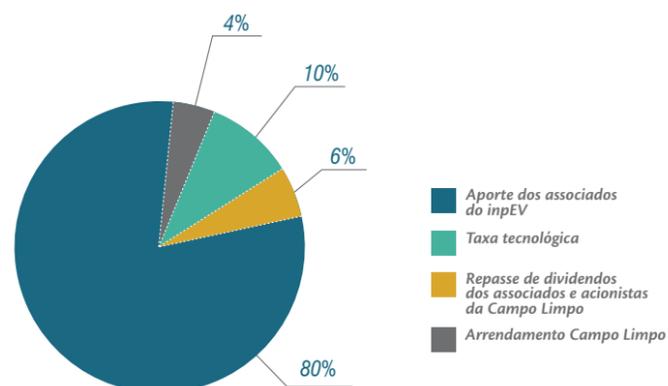
O inpEV gerencia um sistema de logística que se inicia a partir da devolução das embalagens nas unidades de recebimento por parte dos agricultores. É responsabilidade do instituto realizar o transporte dos materiais entre as unidades de recebimento, e das centrais até o reciclador ou incinerador mais apropriado. A operação logística é coordenada por uma empresa contratada pelo instituto.



Receita operacional

Em 2010, a receita operacional do inpEV foi de R\$ 67,1 milhões, com dedução das receitas de R\$ 719 mil, totalizando receita líquida das atividades de R\$ 66,4 milhões. O resultado registrado foi 23,5% acima dos R\$ 54,3 milhões verificados em 2009. Do total de 2010, 80,2% ou R\$ 53,8 milhões correspondem ao aporte das indústrias associadas; R\$ 6,7 milhões referem-se à taxa tecnológica paga pelos recicladores, representando 9,9% do total; R\$ 3,8 milhões ou 5,8% são referentes ao repasse dos dividendos dos associados e acionistas da Campo Limpo Reciclagem; e R\$ 2,7 milhões ou 4,1% são provenientes do arrendamento da Campo Limpo. Em todo sistema, a receita obtida com a remessa de embalagens aos recicladores parceiros alcança a marca de 17% dos custos.

Distribuição da receita operacional (%)



Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais são todos os gastos desembolsados ou previstos que se relacionam diretamente com o objeto social de uma empresa ou instituição. Os custos e despesas com a operação do sistema foram de R\$ 42,7 milhões em 2010, uma variação de 6,26% em relação ao ano anterior. As despesas do inpEV são divididas entre processos básicos, que representam 71,2% dos recursos ou R\$ 30,4 milhões, enquanto os processos de suporte correspondem a 15,8% do total ou R\$ 6,7 milhões,

e as despesas administrativas correspondem a 13% ou R\$ 5,6 milhões.

Por meio do acompanhamento do índice custo/tonelada destinada, o instituto consegue realizar avaliações e ajustes na gestão do sistema, na busca constante por maior eficiência e produtividade. Nas unidades de recebimento são medidos e acompanhados dados, tais como: o prazo máximo que um agricultor leva para conseguir agendar a entrega de embalagens vazias em uma central de

recebimento, a capacidade de enfiamento, o custo por tonelada processada, entre outros.

Com o acompanhamento de indicadores de eficiência, o instituto, em conjunto com os gerenciadores das unidades de recebimento, consegue identificar a necessidade de ajustes, como treinamento de pessoal ou contratação de funcionários, troca/aquisição de prensas e outros equipamentos, ou mesmo a ampliação da estrutura.

Fluxo de caixa consolidado

O controle e acompanhamento das entradas e saídas de recursos financeiros no inpEV é realizado por meio do fluxo de caixa. Com esse instrumento gerencial, o instituto projeta para determinado período suas disponibilidades, além de conhecer antecipadamente suas necessidades.

O inpEV iniciou o exercício com R\$ 19,865 milhões em caixa e finalizou o ano com R\$ 19,134 milhões. O superávit do exercício de 2010 foi de R\$ 17,059 milhões. Todo esse valor é aplicado na manutenção e no desenvolvimento do sistema de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, sendo que o instituto é isento do pagamento de imposto de renda e de contribuição social.

Investimento em pesquisa e desenvolvimento

O investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 0,5 milhão em 2010, enquanto os recursos aplicados em Tecnologia da Informação somaram R\$ 1,3 milhão. Esses investimentos garantem ao instituto a busca pela excelência nos processos, a diminuição dos custos operacionais, uso de novas tecnologias e o aumento da possibilidade de partilhar os conhecimentos adquiridos com outros setores.





5

Desempenho operacional

A cada ano, aumenta o número de embalagens vazias que recebem destinação adequada no Brasil. Em 2010, o crescimento foi de 8,7% comparado a 2009, atingindo a marca de 31,2 mil toneladas retiradas do meio ambiente. Desse total, 92% foram para reciclagem e o restante teve como destino a incineração.

O sistema de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos em prática no Brasil classifica o país como referência mundial no assunto e à frente de outros países que possuem sistemas semelhantes. Enquanto no Brasil 94% das embalagens plásticas comercializadas recebem a destinação ambientalmente correta, o índice percentual é bem mais baixo nos demais países: Alemanha 76%, Canadá 73%, França 66%, Japão 50%, Polônia 45%, Espanha 40% e Austrália e Estados Unidos 30%.

Infraestrutura

A eficiência do programa de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos é garantida graças à sua ampla rede de unidades de recebimento, espalhadas por todo o Brasil. Por isso, o instituto trabalha continuamente na ampliação e aperfeiçoamento dessa rede.

Infraestrutura Metas no Relatório de Sustentabilidade 2009	Resultado 2010	Acompanhamento
Para 2010 não foi prevista a construção de central de recebimento.	✓	Em 2010 foram inauguradas 8 novas unidades de recebimento, duas centrais passaram a ser posto de recebimento de embalagens e um posto passou a ser central, totalizando 421 unidades localizadas em 25 Estados e no Distrito Federal.
Reforma e/ou ampliação de 65 centrais, 39 novas prensas, 8 balanças e 7 empilhadeiras.	✓	18 ampliações e reformas de 45 centrais (total de 63 reformas e/ou ampliações). Construção de 3 centrais (Sinop, Roda Velha e Sorriso). 174 novas prensas, 82 balanças (sistema eletrônico de pesagem) e 70 empilhadeiras.
Futuro: 13 mil m ² , cerca de 200 funcionários e R\$30 milhões de investimentos (Recicladora Campo Limpo).	✓	Meta permanece a mesma.

Postos e centrais de recebimento

Em 2010, o sistema atingiu a marca de 421 unidades de recebimento. Suas 113 centrais e 308 postos correspondem a 146 mil m² de área construída e ambientalmente licenciada, envolvendo mais de 3.500 distribuidores e cooperativas em 25 Estados do país e no Distrito Federal.

Unidades de recebimento inauguradas em 2010

Em 2010, foram inauguradas sete novas unidades de recebimento, duas centrais passaram a ser postos de recebimento de embalagens e um posto passou a ser central, totalizando 421 unidades.

De central para posto: Ilhéus (BA) e Paty do Alferes (RJ)

De posto para central: Sinop (MT)

Postos inaugurados:

1. Anapurus (MA);
2. Cachoeira do Itapemirim (ES);
3. Nepomuceno (MG);
4. Oliveira (MG);
5. PAD (DF);
6. Piracanjuba (GO);
7. São Miguel do Guaporé (RO);
8. Taiobeiras (MG).

Associações

Mais de 267 associações de comerciantes de defensivos agrícolas, que reúnem cerca de 3.500 distribuidores e cooperativas em todo Brasil, atuam no sistema de destinação de embalagens vazias e realizam a cogestão das unidades de recebimento com o inpEV. Algumas unidades são geridas apenas por distribuidores ou cooperativas.

Operação logística GRI EN26

Sempre em busca da sustentabilidade, o inpEV adota o conceito de aproveitamento do frete de retorno para o transporte das embalagens vazias até seu destino. Ou seja, o mesmo caminhão que leva os agrotóxicos (nas embalagens cheias) para os distribuidores e cooperativas, não retorna vazio após a entrega, mas sim aproveita a viagem de volta para transportar as embalagens vazias (a granel ou compactadas) armazenadas nas unidades de recebimento. O conceito foi aplicado em mais de 98% das cargas de centrais para o destino final.

A implantação bem sucedida desse modelo foi viabilizada por meio de parceria com a empresa líder no transporte de defensivos agrícolas no Brasil, o Grupo Luft. Este conceito está alinhado com os princípios do instituto de preservação do meio ambiente e da saúde humana, e apresenta duas grandes vantagens: 1) Segurança para o meio ambiente e saúde humana: uso de transportadora capacitada para realizar este tipo de transporte; e 2) Economia: redução no custo do frete.

Duas ferramentas-chave contribuem para o aprimoramento contínuo da gestão do modelo logístico utilizado pelo inpEV. Reuniões mensais para planejamento integrado das operações de recebimento, transporte e destinação de embalagens são realizadas no inpEV. Chamadas de Planejamento Operacional, as reuniões envolvem diversas áreas do processo básico do instituto e o operador logístico contratado pelo inpEV. A segunda ferramenta é o Sistema de Informação das Centrais (SIC), software desenvolvido pelo inpEV para gerenciar as informações do processo de recebimento e destinação de embalagens. Esse sistema integra 100% das centrais e permite o controle da movimentação dos materiais (estoques, ordens de coleta, despesas etc.) e a rastreabilidade das embalagens. Atualmente, 100% das ordens de coleta (que as centrais emitem para que a carga siga para o destino final) são emitidas por esse sistema.

O volume de embalagens vazias transportadas em 2010 foi 8,7% maior do que em 2009 (de

28,7 mil toneladas para 31,2 mil toneladas) e a quantidade de caminhões utilizados para esse transporte cresceu apenas 3%, (de 8.071 caminhões, em 2009, para 8.281 em 2010) em virtude dos ganhos de produtividade obtidos pelo sistema. A capacidade de transporte das embalagens plásticas (PEAD e COEX) em equivalente *truck* atingiu a marca de 12.007 kg.

Recebimento itinerante

O recebimento itinerante é um procedimento que facilita o acesso de pequenos e médios produtores ao sistema de destinação de embalagens. Previamente, é feita uma definição de locais temporários de recebimento, que são divulgados com antecedência, para que os agricultores tenham tempo de preparar as embalagens a serem devolvidas. Essas ações têm apoio de secretarias municipais de agricultura, de órgãos estaduais responsáveis por licenciamento ou fiscalização do sistema, parceiros locais, associações gerenciadoras das unidades de recebimento e distribuidores.

Em 2010, essa ação retirou do campo cerca de 7% do volume total de embalagens vazias. A operação foi realizada em dezenas de municípios dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.



Recebimento itinerante realizado em Borborema – SP, organizado pela central de recebimento de Araraquara – SP

Recicladores e incineradores parceiros

As nove empresas parceiras que realizam o trabalho de reciclagem das embalagens do sistema de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos são Campo Limpo Reciclagem e Transformação, Cimflex, Coletti, Dinoplast, Ecopaper, Pasa, Plastibrás, Recicap e Recipak – localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná.

Elas cumprem exigências legais, normas dos órgãos ambientais e padrões de qualidade que garantem a segurança da destinação das embalagens vazias. Essas empresas produzem 17 diferentes artigos provenientes da reciclagem das embalagens vazias que, antes, são aprovados por um comitê multidisciplinar, formado por um consultor externo e colaboradores de diversas áreas do inpEV. Esse comitê estabelece critérios para a aprovação da produção de novos materiais reciclados.

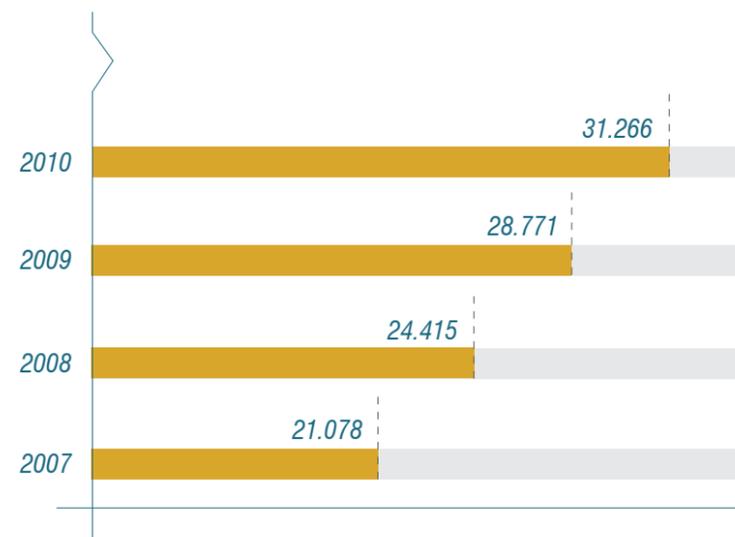
Os parceiros que realizam a incineração das embalagens vazias não laváveis e das que não foram corretamente lavadas são Basf, Cetrel, Clariant, Essencis e Haztec.

Evolução do recebimento de embalagens GRI PR1

O total de embalagens vazias que receberam destinação adequada aumenta a cada ano. De 2002 a 2010, 168 mil toneladas de embalagens foram retiradas do meio ambiente. Em 2010, 31,2 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas foram destinadas, número que representa 94% do total de embalagens plásticas colocadas no mercado e 80% do volume total de embalagens colocadas no mercado.

No mesmo ano, o crescimento foi de 8,7% sobre as 28,8 mil toneladas retiradas do meio ambiente em 2009. Essa evolução é contínua desde 2004, quando 13,9 mil toneladas de embalagens receberam destinação adequada; em 2005, foram 17,9 mil; 19,6 mil toneladas em 2006; 21,1 mil toneladas em 2007, 24,4 mil toneladas em 2008 e 28,8 mil toneladas em 2009.

A previsão é que, se mantendo esta tendência, o número de embalagens com destinação correta atinja a marca de 32,5 mil toneladas em 2011.



Evolução da destinação final por Estado nos últimos quatro anos (Kg)

Estado	2010	2009	2008	2007
Mato Grosso	7.103	6.777	5.794	4.734
Paraná	4.716	4.563	4.194	3.647
São Paulo	3.613	3.598	3.036	3.064
Goiás	3.314	3.110	2.439	1.407
Rio Grande do Sul	2.839	2.511	2.016	1.840
Minas Gerais	2.605	2.279	2.113	2.022
Bahia	2.469	1.883	1.450	1.373
Mato Grosso do Sul	2.176	1.977	1.666	1.438
Maranhão	581	603	396	377
Santa Catarina	529	545	480	490
Piauí	247	148	104	120
Rondônia	234	92	56	59
Pernambuco	213	206	180	144
Espírito Santo	194	127	147	141
Tocantins	176	118	79	81
Alagoas	100	88	98	61
Rio Grande do Norte	62	56	38	40
Pará	57	38	34	-
Rio de Janeiro	22	24	36	17
Sergipe	11	22	-	-
Roraima	4	-	38	8
Ceará	-	5	21	5
Paraíba	-	-	-	10
Total	31.266	28.771	24.415	21.078

Os resultados de destinação de embalagens vazias são divulgados mensalmente pelo inpEV. Alguns fatores podem interferir nos resultados estaduais. Por questões comerciais e logísticas, a embalagem vazia pode ser devolvida em outro Estado que não o de origem da compra do produto, sendo contabilizada no Estado destinatário. Além disso, as embalagens de alguns postos de recebimento de embalagem de um Estado são encaminhadas para centrais em outro Estado, onde são compactadas para a destinação final.

Operacional Metas no Relatório de Sustentabilidade 2009	Resultado 2010	Acompanhamento
28 mil toneladas receberão destinação em 2009. Para 2010 espera-se destinar 31 mil toneladas.	✓	Em 2009 foram destinadas 28,8 mil toneladas. Em 2010, 31,2 mil toneladas de embalagens foram destinadas.
Indústria investirá R\$49,1 milhões.	✓	R\$67,1 milhões investidos pela indústria.
Retirada de 800 toneladas de obsoletos e impróprios, referentes ao projeto Poeira do Paraná (400 toneladas), projeto Poeira de São Paulo (250 toneladas) e retirada dos demais Estados (150 toneladas).	✓	Foram destinadas 73,3 toneladas de produtos obsoletos e impróprios de sete Estados. A retirada dos produtos provenientes do projeto Poeira do Paraná está prevista para 2011. A retirada dos produtos do projeto de São Paulo continua sem estimativa, uma vez que o projeto está em sua fase inicial. Para 2011, está prevista a retirada de 250 toneladas de produtos obsoletos e/ou impróprios.
Em 2011, produzirá e transformará 6.500 toneladas de RPC e 3.200 toneladas de embalagens multicamadas (Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos).	✓	Estimativa de produção atingida para RPC. O volume de embalagens multicamadas foi revisto e ajustado para 2.800 toneladas até 2011.

Destinação

Reciclagem

A reciclagem das embalagens plásticas, metálicas, de papelão e tampas é feita por nove empresas recicladoras localizadas em cinco Estados, que produzem mais de 17 artefatos reciclados diferentes. Esse material é utilizado na confecção de tubos para esgoto, barricas plásticas para incineração, cruzetas para poste de transmissão de energia, conduítes corrugados, embalagens para óleo lubrificante, tampas para embalagens de defensivos agrícolas, dutos corrugados, caixas para fiação elétrica, caixa de bateria automotiva, caçambas plásticas para carreta, caixas para massa de cimento, caixas de descarga e a embalagem Ecoplástica Triex, desenvolvida pela Campo Limpo.

A Ecoplástica Triex é fabricada para o envase do próprio defensivo agrícola, permitindo o fechamento do ciclo da gestão das embalagens pós-consumo dentro da própria cadeia.

Incineração

As embalagens não laváveis e as que não foram corretamente lavadas são encaminhadas para incineração, que é feita por cinco empresas parceiras. Novas alternativas para destinar corretamente as embalagens não lavadas estão sendo pesquisadas.

Indicadores de performance

Os resultados sobre a produtividade, a eficiência, a segurança e a qualidade do trabalho realizado pelas centrais de recebimento de embalagens de todo o país são monitorados pelos indicadores de performance. As informações-chave que alimentam o quadro de medição são fornecidas mensalmente pelas centrais. Os principais indicadores são: densidade dos fardos, número de embalagens laváveis entregues não lavadas, capacidade de carregamento de embalagens nos caminhões que transportam as embalagens vazias, volume mensal de embalagens processadas por

funcionário, custo por tonelada de embalagens processadas e prazo máximo de agendamento de entrega do agricultor na central.

Densidade dos fardos

Peso, altura e largura são as informações coletadas no momento da confecção dos fardos. O peso do fardo deve estar entre 40% do peso corpóreo e não ultrapassar 70 quilos, para que a saúde do trabalhador não seja comprometida.

Nesse momento, é muito importante a correta execução do trabalho das prensas utilizadas nas centrais e sua capacidade de compactação, para que assim os fardos estejam adequados à capacidade de carregamento dos caminhões.

Despesas operacionais

Os custos e despesas com a operação do sistema atingiram a marca de R\$ 30,4 milhões em 2010. Foram R\$ 17,1 milhões investidos em logística,

R\$ 7,5 milhões na construção e manutenção de postos e centrais e R\$ 5,8 milhões com a incineração das embalagens não laváveis e não lavadas.

Investimentos e melhorias no processo

Manual de gestão da qualidade

Em 2010, entre as realizações do instituto, foi lançado um livro de processos e procedimentos internos e externos, denominado Manual de Gestão da Qualidade, que consolida todas as políticas do inpEV. É um livro de consulta para colaboradores do inpEV e, dependendo do procedimento, para associados, fornecedores e unidades de recebimento.

Sistema de segurança nas prensas

O inpEV tem investido cada vez mais na questão de segurança. Como exemplo, passou a adquirir prensas com sensores ou a implantar sensores nas prensas já existentes. Esse mecanismo interrompe seu funcionamento, caso sejam manuseadas de forma incorreta, garantindo mais segurança aos funcionários das unidades de recebimento. Em 2010, o inpEV adquiriu 31 prensas mais seguras e mais produtivas.

Compactação de embalagens não-lavadas

Desde 2004 diversas melhorias vêm sendo implantadas com o objetivo de aprimorar a etapa final da logística reversa, como a adoção de fitas plásticas para amarração dos fardos, substituição gradual de prensas e trabalho de orientação aos postos de recebimento. No segundo semestre de 2010, o inpEV começou com êxito, e muito apoio das centrais, um novo processo destinado à compactação de embalagens não lavadas, facilitando o transporte e propiciando redução de custos com transporte (a capacidade de transporte equivalente *truck* passou de 1,5 mil quilos de embalagem/caminhão para 10 mil quilos/caminhão). Além disso, o novo processo

permitiu uma melhoria significativa na capacidade de estocagem das centrais ao reduzir o espaço ocupado com os fardos. Em 2011 todas as cargas de embalagens não laváveis e não lavadas seguirão compactadas para o destino final.

Certificação ISO 9001:2008 na Dinoplast e Campo Limpo

A primeira empresa parceira do sistema de destinação de embalagens para a reciclagem, a Dinoplast, conquistou a certificação ISO 9001, resultado do empenho em se adequar às exigências da certificação focada especialmente na gestão de qualidade.

A Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, empresa idealizada para gerar a autossustentabilidade econômica do sistema de logística reversa das embalagens, obteve ampliação do escopo de certificação

ISO 9001:2008. A nova certificação abrange a reciclagem e transformação de plásticos em resinas pós-consumo: projeto, desenvolvimento e fabricação de embalagens plásticas. A primeira certificação, obtida em 2009, englobava apenas o processo de reciclagem e transformação para a produção de resinas pós-consumo.

Selo carbono neutro na Plastibrás

A Plastibrás, empresa parceira para a reciclagem das embalagens localizada em Cuiabá (MT), recebeu o selo "Floresta Viva - Carbono Neutro". O selo foi criado para ser entregue às empresas ambientalmente responsáveis que participarem da Plataforma de Negócios Ambientais, administrada pelo Instituto Ação Verde. A certificação, por meio do selo, está diretamente ligada à neutralização das emissões de carbono promovida pelas empresas em Mato Grosso.



Implantar

O Programa Implantar foi criado pelo inpEV em 2007 para incentivar as unidades de recebimento a promover melhorias em seu desempenho e a padronização de suas atividades, além de reconhecer os profissionais responsáveis pelas centrais.

O programa valoriza as boas práticas adotadas, tais como: resultados da mobilização para o Dia Nacional do Campo Limpo, maior comemoração do sistema de destinação de embalagens vazias, o gerenciamento de custos, o cumprimento de metas, o estabelecimento dos indicadores de performance para medição das atividades e a organização geral da central com a aplicação dos procedimentos operacionais.

As categorias disponíveis para a participação no Programa Implantar são Centrais Grandes (recebem mais de 300 toneladas de embalagens vazias), Centrais Médias (de 120,1 a 300 toneladas) e Centrais Pequenas (até 120 toneladas). Em 2010, 109 centrais participaram do programa, e as centrais vencedoras, ranking Brasil, foram:



1º Ituverava – SP

1ª colocada na categoria centrais médias



2º Primavera do Leste – MT

1ª colocada na categoria centrais grandes



3º Piracicaba – SP

2ª colocada na categoria centrais médias



A central de **Araranguá** – SC foi a primeira colocada na categoria centrais pequenas

Centrais vencedoras do Implantar 2010 foram homenageadas com o Prêmio Mérito Fitossanitário, na categoria Campo Limpo. A partir de 2011, a premiação passa a se chamar Prêmio Andef



Responsabilidade socioambiental

Medição dos impactos ambientais decorrentes das atividades Metas do Relatório de Sustentabilidade 2009	Resultado 2010	Acompanhamento
Ecoeficiência	✓	Estudo em andamento. Não concluído até a finalização desse relatório.
Socioeficiência	✓	Estudo em andamento. Não concluído até a finalização desse relatório.
Implementação das diretrizes GRI	✓	Esse relatório atende às exigências para o nível de aplicação C, relatando 15 indicadores de desempenho.

Gestão ambiental GRI EN30

A destinação das embalagens sempre foi uma preocupação da indústria fabricante que, desde a década de 1980, vem buscando soluções para a questão com a disseminação da tríplex lavagem e, na década de 1990, com a implantação de centrais de recebimento piloto. Isso tudo antes mesmo da obrigatoriedade da lei que determina as responsabilidades de agricultores, revendas, cooperativas, indústria e poder público. A legislação foi decorrente da preocupação do setor, e sua elaboração contou com a participação de diversos integrantes da sociedade.

Ao longo deste relatório, ações, projetos e iniciativas de preservação do meio ambiente estão sendo apresentados, uma vez que a razão de ser do inpEV é o trabalho em prol da sustentabilidade na agricultura. O instituto está aperfeiçoando os métodos de medição e acompanhamento dos principais indicadores ambientais para que sejam apresentados futuramente.

Investimentos em educação ambiental, que incluem projetos para as comunidades, como

o Dia Nacional do Campo Limpo e projeto de educação ambiental Ciclo de Vida das Embalagens, realizado pelas unidades de recebimento de todo o Brasil em seu entorno, materiais educativos impressos para uso nessa data e em outros eventos educativos para agricultores e campanhas para a conscientização sobre a tríplex lavagem consumiram R\$ 3,3 milhões em 2010.

Pode-se somar a esses valores o investimento para a destinação de agrotóxicos obsoletos ou

impróprios para uso. O recurso investido na retirada e destinação desses produtos em 2010 foi de R\$ 668 mil. Foi provisionado R\$ 1,7 milhão do orçamento de 2010 para que seja utilizado em 2011, referente à retirada e destinação dos produtos obsoletos do Estado do Paraná em conjunto com o governo estadual.

O total investido em 2010 nas ações acima relatadas foi de R\$ 5,6 milhões.

Investimentos ambientais (R\$ mil)	2010	2009	2008
Investimentos relacionados à produção/ operação da Empresa	2.338	1.237	474
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	3.300	2.346	1.062
Total	5.638	3.583	1.536

Fonte: Balanço Social Ibase.

Água e energia GRI EN8 • EN3

As informações sobre o consumo de água e energia foram contabilizadas levando em consideração a unidade administrativa do inpEV. O consumo de água do escritório em 2010 foi de 258 m³, o que representa

uma redução de 4% em relação aos 268 m³ de 2009. O consumo de energia elétrica do escritório em 2010 foi de 5.077 kWh, o que representa uma redução de 7% em relação aos 5.435 kWh de 2009.

Total de água retirada - 2010	
Localização	Quantidade (m ³)
2010	258
2009	268
2008	264
2007	251
2006	255

Engajamento

GRI 4.14 • 4.15 • 4.16 • 4.17 • EC9

Os excelentes resultados obtidos na destinação correta das embalagens é resultado da união de públicos estratégicos – colaboradores, fornecedores, sociedade, parceiros, governo, empresas e entidades associadas, unidades de recebimento, agricultores, imprensa e demais elos envolvidos nesta atividade.

Ao aprimorar e divulgar as melhores práticas do sistema de destinação de embalagens, o instituto incentiva cada parceiro a cumprir a legislação sobre a destinação das embalagens vazias. A importância do cumprimento legal e a racionalização dos processos são amplamente difundidas pelos elos responsáveis pela educação: poder público, distribuidores/cooperativas e indústria. Na orientação de todos os elos da cadeia, o inpEV constrói relacionamentos duradouros, o que vem contribuindo para o fortalecimento da consciência ambiental do país.

Todo o sistema de destinação de embalagens vazias envolve um número bastante relevante de pessoas. As unidades de recebimento (centrais e postos) representam a fase que mais emprega, seguida da reciclagem de plástico. A estimativa é de que cerca de 1.500 pessoas trabalham em todo o sistema, garantindo renda, crescimento pessoal e profissional, além da proteção ao meio ambiente.

Canais de comunicação GRI EC1

As informações trocadas entre os públicos estratégicos e o instituto resultaram na criação de um canal permanente de comunicação. Este canal dissemina facilmente as ações do inpEV

de conscientização ambiental por meio de campanhas, treinamentos, cursos, seminários e workshops, edição de materiais impressos, entre outras informações. Esses canais unem associações de revendas e cooperativas, empresas e entidades associadas, entidades parceiras e órgãos governamentais estaduais e federais.

Exemplos dessa comunicação são:

- A realização do Dia Nacional do Campo Limpo, que divulga práticas ambientais, a respeito do sistema e mensagens sobre a importância da preservação do meio ambiente;
- Site institucional do inpEV, que facilita a troca de informações entre os participantes da cadeia produtiva e promove a educação virtual;
- A comunicação dirigida que divulga para a sociedade resultados, participações em eventos, treinamentos, atividades organizadas por associações gerenciadoras de unidades de recebimento e inaugurações.

Em 2010, foram investidos R\$ 875.344 em campanhas regionais, na campanha do Dia Nacional do Campo Limpo e em painéis de estrada e materiais de ponto de venda da campanha “Os dois lados da consciência”, entre outras.

Indicadores de comunicação

Desde sua criação, o inpEV mantém um bom relacionamento com a mídia. Por meio da assessoria de imprensa do instituto e das informações disponibilizadas no site, os principais veículos de agronegócios, economia, agricultura e meio ambiente recebem constantemente informações sobre ações e resultados.

As mensagens-chave sobre a destinação das embalagens vazias direcionadas pelo inpEV estão presentes em 84% das matérias publicadas. Os temas divulgados pela imprensa em 2010 foram os resultados do sistema, inaugurações de unidades de recebimento, integração dos elos da cadeia, campanhas e ações educativas, Dia Nacional do Campo Limpo, participação em eventos, resultados do estudo de ecoeficiência do sistema de destinação, parcerias, recebimento itinerante de embalagens e modelo de logística reversa, noticiados em matéria como “Sustentabilidade na agricultura”, “inpEV foi criado e é mantido por fabricantes de defensivos agrícolas”, “Brasil é referência mundial em gestão de resíduos na agricultura”, “Setor pioneiro em gestão de resíduos”.

No total, foram 2.436 matérias publicadas, sendo 99% positivas. Entre o material de comunicação produzido em 2010, foram 7 newsletters (informativo eletrônico distribuído para cerca de 5 mil pessoas em cada edição) e 3 boletins impressos, cada um com tiragem de 10 mil exemplares. Em 2009, foram 3 newsletters e 4 boletins.

O site do inpEV recebeu 667 requisições pelo Fale Conosco. Já as inscrições no Ensino Virtual chegaram a 1.717 internautas que iniciaram o curso e 974 usuários que concluíram o curso ao longo do ano. Em 2009, 731 pessoas concluíram o curso virtual.

Item de medição	Número de requisições pelo Fale Conosco	Newsletters ¹	Edições de boletim ²	Ensino virtual ³	Dia Nacional do Campo Limpo
Meta 2011	700	11	5	1.800	160.000
2010	667	7	3	1.717	138.616
2009	851	3	4	1.103	112.638
2008	808	10	5	1.110	117.449
2007	816	9	3	707	76.537
2006	810	11	3	600	38.256
2005	903	6	3	N.d.	11.385

N.d. - Não disponível.

1. Enviada a um mailing de cerca de 5 mil pessoas.

2. Tiragem de 10 mil exemplares por edição.

3. Número referente ao total de inscrições realizadas.

O número de pessoas que efetivamente concluíram o curso é 974.

Públicos de relacionamento

Agricultor

Quando o assunto é ação educativa, o agricultor é a prioridade. Campanhas de disseminação, materiais de divulgação e diversas ações voltadas para o agricultor contribuem para informá-lo e conscientizá-lo, garantindo a eficácia do sistema e o cumprimento da lei. Materiais educativos são produzidos especialmente para este importante público.

O contato direto entre os agricultores e o inpEV ocorre em eventos relacionados ao agronegócio – principalmente feiras –, durante as visitas a unidades de recebimento e pelo Fale Conosco, no endereço <http://www.inpev.org.br/faleconosco/br/faleConosco.asp>. Informações sobre os procedimentos corretos para a devolução de embalagens também chegam ao homem do campo por meio de cursos virtuais ou presenciais, pelo Dia Nacional do Campo Limpo e pelas campanhas educativas.

O principal objetivo é conscientizá-lo da importância de realizar a tripla lavagem para evitar a incineração, que resulta na queima

literal de milhões de reais, quebrando toda a cadeia da reciclagem.

Distribuidores (revendedores e cooperativas)

O instituto mantém constante relacionamento com os gestores das unidades de recebimento (revendedores, cooperativas e outras instituições representativas desse setor). Esse contato permite o envio de comunicados frequentes do inpEV sobre a gestão das unidades e demais assuntos de interesse. Essas informações são transmitidas aos demais revendedores em suas reuniões de associações.

Por meio de encontros do Conselho Nacional de Centrais, na sede do inpEV em São Paulo, são realizadas reuniões regionais de centrais, encontros dos coordenadores regionais de operação – alocados em nove regiões do país – e mantido contato com os gestores das unidades de recebimento.

Nessas reuniões são discutidos aspectos da operação das unidades, necessidade de

desenvolvimento de campanhas educativas, processos e procedimentos que podem trazer melhorias ao programa, entre outros assuntos estratégicos.

As centrais de recebimento de embalagens e suas associações gerenciadoras se reúnem cerca de três vezes por ano com as demais unidades de suas regiões para discussões de interesse regional.

Saúde e segurança

A saúde e a proteção dos funcionários das centrais de recebimento de embalagens são aspectos muito valorizados pelo instituto. Desde 2003, o inpEV dissemina, em todas as centrais, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): luvas, macacão, respirador, boné, botas e manuais sobre como usar o equipamento.

Além disso, todos os colaboradores são treinados em uma série de abordagens práticas adequadas para o funcionamento das unidades. Há, ainda, treinamentos com foco na segurança dos trabalhadores, no

meio ambiente e orientações sobre o risco no manuseio do material, garantindo que todos os requisitos ambientais sejam atendidos para evitar contaminação no local de armazenagem das embalagens.

As ações de segurança nas centrais irão se intensificar a partir de 2011 e o instituto passará a monitorar os acidentes ocorridos por meio do indicador “Taxa de frequência”. O instituto procura manter os funcionários das centrais conscientizados sobre os princípios de segurança e procedimentos recomendados.

Poder público (Federal, Estadual, Municipal) GRI S05

Cerca de 80 órgãos governamentais federais e estaduais, entre eles o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assim como as secretarias estaduais de agricultura e meio ambiente, são importantes parceiros no fomento ao sistema de destinação de embalagens.

Com esses parceiros, o instituto promove campanhas regionais educativas, palestras, treinamentos, congressos e seminários. Além do desenvolvimento de materiais educativos em conjunto, o inpEV participa ativamente de reuniões promovidas pelos gestores públicos para discutir melhorias que podem ser implantadas no programa. O inpEV ainda apoia a discussão de projetos de lei, apresenta-se como fonte de informações sobre o sistema e se coloca como agente de interlocução entre os setores público e privado.

Um exemplo do engajamento desta natureza promovido pelo inpEV em 2010, foi a participação ativa, como elo da sociedade, das discussões no processo de elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesta política, podem-se enxergar claramente os princípios e conceitos praticados pelo instituto ao longo de sua existência, tais como a responsabilidade

compartilhada, logística reversa, gestão integrada de resíduos sólidos e ecoeficiência.

Com esta posição de vanguarda, o inpEV foi convidado a dar apoio a outros setores ligados à indústria de produtos fitossanitários ou voltados ao setor agrícola.

Colaboradores GRI LA1 • LA2 • EC5

O inpEV possui uma estrutura enxuta e funcional. A estrutura administrativa do instituto é formada por 42 colaboradores contratados em regime CLT e por tempo indeterminado. O instituto manteve ainda dois estagiários e cinco profissionais terceirizados alocados em São Paulo.

No ano de 2010, houve 16 admissões, sendo 10 delas entre pessoas de 18 a 35 anos (2 do sexo feminino e 8 do sexo masculino), 5 admissões na faixa etária entre 36 a 45 anos (todas de pessoas do sexo masculino) e 1 admissão na faixa etária de 45 a 60 anos (sexo feminino).

Ainda em 2010, 13 demissões foram registradas, sendo 6 delas na faixa etária entre 18 e 35 anos (3 pessoas do sexo feminino e 3 pessoas do sexo masculino) e as outras 7 entre 36 e 45 anos (todas as pessoas do sexo masculino). Entre as demissões, 4 pessoas trabalhavam em São Paulo, 8 em Rondonópolis e 1 em Taubaté.

Os colaboradores do inpEV participam ativamente do planejamento institucional por meio de reuniões mensais de apresentação

Colaboradores

Prazo indeterminado	2010	2009
São Paulo (SP)	21	19
Rondonópolis (MT)	10	9
Taubaté (SP)	2	2
Leme (SP)	1	1
Porto Alegre (RS)	1	1
Londrina (PR)	1	1
Campo Grande (MS)	1	1
Cuiabá (MT)	1	1
Goiânia (GO)	1	1
Salvador (BA)	1	1
São Luiz (MA)	1	1
Vitória (ES)	1	1
Total	42	39
Prazo determinado		
São Paulo	2	3
Total	2	3
Total geral	44	42

de resultados (AGMs), que os mantêm informados sobre todos os processos internos e acontecimentos. Essas reuniões são precedidas de um café da manhã especial, no qual os funcionários podem interagir.

Além disso, o mural e a sistemática de envio de comunicados internos permitem manter os funcionários atualizados sobre diversos assuntos como clippings, eventos, resultados, principais acontecimentos, informações de recursos humanos, entre outros.

O menor salário pago pelo inpEV em 2010 foi de R\$ 847, comparado aos R\$ 510 do salário mínimo nacional daquele ano. O instituto oferece a seus funcionários um plano de benefícios compatível com o do mercado de fabricantes de agrotóxicos.

Gestão do Capital Humano GRI EC3

Como forma de promoção de um ambiente de trabalho que proporcione o desenvolvimento e a motivação de seus colaboradores, o inpEV iniciou a estruturação da gestão do capital humano para posterior elaboração de planos de carreira. Desta iniciativa, os colaboradores do instituto contam com avaliação de cargos, desempenho e programas, além de incentivos, como reembolso de atividade física.

Um dos destaques dos benefícios é o plano de previdência privada, que é oferecido aos colaboradores do inpEV em duas modalidades: PGBL e VGBL. O aporte é realizado mensalmente numa faixa que varia entre 3% a 6% do salário do colaborador, sendo que o inpEV realiza o depósito do mesmo montante. O funcionário que se desliga com menos de 10 anos de serviços prestados pode resgatar suas contribuições, o aporte correspondente ao instituto permanece no plano.

Tempo de serviço no inpEV	% das contribuições liberado para resgate
Até 119 meses	0%
De 120 meses a 179 meses	20%
De 180 meses a 239 meses	40%
A partir de 240 meses	70%

Saúde e segurança

O inpEV tem diversas iniciativas em relação à saúde de seus colaboradores. Desde 2008, realiza o Mais Saúde, um programa de qualidade de vida que abrange a importância da adoção de novos hábitos em relação à saúde. Ginástica laboral também é oferecida a todos os funcionários da sede em São Paulo. Ainda, por meio do projeto Desafio do Peso, cada colaborador preenche uma tabela em que pode acompanhar mês a mês seu peso corpóreo, de acordo com sua meta pessoal.

Recicladores e incineradores parceiros

Em 2010, o sistema de destinação de embalagens vazias reciclou 92% das 31,2 mil toneladas de embalagens destinadas, por meio das recicladoras Campo Limpo (SP), Cimflex (PR), Dinoplast (SP), Eco Paper (SP), PASA (PR), Plastibras (MT), Recicap (RJ) e Recipak (MG).

A comunicação com os recicladores e incineradores ocorre por meio de reuniões, visitas técnicas e relatórios periódicos que facilitam o acompanhamento dos volumes e especificações das embalagens provenientes de cada unidade de recebimento. O inpEV

intermedeia o relacionamento desses parceiros com as unidades, define e acompanha os produtos finais fabricados a partir das embalagens de defensivos agrícolas.

Imprensa

Desde sua criação, o inpEV mantém uma boa relação com a mídia. A imprensa especializada em agronegócios e as editorias de economia, agricultura e meio ambiente dos principais veículos do país recebem informações sobre as ações e resultados do inpEV por meio dos releases (textos enviados aos veículos de comunicação pela assessoria de imprensa) e também por meio das informações disponibilizadas no site.

O instituto é sempre mencionado quando o assunto é a destinação de embalagens vazias de fitossanitários. Em geral, os temas comunicados em 2010 foram sobre resultados do sistema, inaugurações, integração dos elos da cadeia, campanhas e ações educativas, Dia Nacional do Campo Limpo, participação em eventos, ecoeficiência, parcerias, recebimento itinerante de embalagens e modelo de logística reversa, noticiados em matérias como "Sustentabilidade na agricultura", "inpEV foi criado e é mantido por fabricantes de defensivos agrícolas", "Brasil é referência mundial em gestão de resíduos na agricultura", "Setor pioneiro em gestão de resíduos". No total, foram 2.436 matérias publicadas.

Empresas e entidades associadas

Em 2009, o quadro associativo era composto por 80 empresas fabricantes/registantes de defensivos agrícolas. Em 2010, mais quatro empresas passaram a fazer parte desta rede: Action, Chemtra, Matsuda e Ouro Fino.

Empresas associadas em 2010

Action	Cheminova	Helm do Brasil	Petrobrás
ADM do Brasil	Chemotécnica	Iharabrás	Pilarquim
Agecom Produtos de Petróleo	Chemtra Comercial	Inquima Ltda	Poland Química
Agrialliance	Chemtura	Irrigações Dias Cruz	Prentiss
Agrocete	Consagro	Isagro Brasil	Produtos Químicos São Vicente
Agrovant	Coodetec	Isca Tecnologias	PR Trade
Allier Brasil Agro	Cropchem	Laboratórios Pfizer	Rotam do Brasil
AMVAC do Brasil	Cross Link	Lanxess	Sabero Organics América
Allvet Química Industrial	De Sangosse Agroquímica	Luxembourg	Samaritá
Arysta	Degesch do Brasil	Matsuda	Sinon do Brasil
Atta-kill	Dinagro	Merck	Sipcam Isagro
Atanor	Dow Agrosiences	Microquímica	Stoller do Brasil
Atar do Brasil	DuPont do Brasil	Microsal	Sumitomo
Basf	DVA Brasil	Milenia	Syngenta
Bayer Cropscience	DVA Especialidades	Momentive Performance Materials	Taminco do Brasil
Bequisa	Ecco Control	Monsanto	Total Lubrificantes do Brasil Ltda.
Bio Controle	Enro Industrial	Nitral Urbana	Turfal
Bio Soja	Fênix Industrial	Nufarm	Unibrás Agroquímica
BRA	FMC	Nortox	Union Agro
Buckman	Fersol	Ouro Fino	United Phosphorus do Brasil
CCAB Agro	Forquímica	Oxiquímica	W. Neudorff

Entidades associadas em 2010

Completam o rol de associados ao inpEV as seguintes entidades fundadoras: Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Associação das Empresas Nacionais de Defensivos

Agrícolas (AENDA), Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Confederação

Nacional de Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG).

Iniciativas de conscientização e educação

O inpEV investe constantemente em campanhas educativas e de conscientização quanto à importância de realizar os procedimentos corretos com as embalagens vazias de agrotóxicos. A realização dessas iniciativas é um dos grandes focos de atuação do instituto.

Campanha “Os Dois Lados da Consciência” GRI EC4

“Os Dois Lados da Consciência” é uma campanha educacional lançada em 2009 e que teve continuidade em 2010 por meio de painéis de estrada instalados nos Estados Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

O protagonista da campanha é o bem-humorado personagem Olímpio. No filme, o espantalho representa o lado bom da consciência e contracenando com um corvo, uma ave que simboliza o mau presságio e representa o lado errado da consciência.

A proposta da campanha é conscientizar e sensibilizar os agricultores e demais elos da cadeia que ainda não realizam os procedimentos corretos com as embalagens vazias. Em 2010, foram distribuídos folhetos da campanha, materiais de ponto de venda e ainda foram colocados painéis de estrada.

Essa é a terceira campanha educativa de utilidade pública criada pelo inpEV, que contou com o apoio do Governo Federal para a distribuição às emissoras de rádio e televisão para veiculação gratuita em todo o Brasil. O espaço, ocupado gratuitamente pela campanha com o apoio do Governo Federal, representa um investimento equivalente a R\$ 21.157 milhões desde 2004 (mais de 12,8 mil inserções).

Campanha recebimento itinerante

O recebimento itinerante é uma modalidade temporária de coleta de embalagens vazias de

agrotóxicos, que facilita o acesso de produtores rurais à devolução. A programação dos recebimentos e os locais são divulgados com antecedência para que os agricultores possam preparar e devolver suas embalagens vazias.

Em 2010, o inpEV desenvolveu um modelo de campanha padrão que pode ser adaptado para as diferentes regiões que organizam essa modalidade de recebimento de embalagens. O tema da campanha é “Chegou a hora de devolver suas embalagens vazias”, aplicado em cartazes, faixas, folhetos e camisetas e foi utilizada pela primeira vez em 2010 em Poconé, no Mato Grosso.

Dia Nacional do Campo Limpo GRI EC1 • SO1

Em 18 de agosto é celebrado o Dia Nacional do Campo Limpo, data idealizada pelo inpEV em 2005 para mobilizar todos os envolvidos no programa de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Em 2008, a data foi oficializada no calendário nacional (Lei Federal 11.657).



Dia Nacional do Campo Limpo realizado pela central de Canarana-MT

O evento contribui decisivamente para aumentar a consciência ambiental de crianças, jovens e adultos em mais de 160 municípios brasileiros. É um dia que concentra ações e iniciativas simultâneas pela educação sobre a preservação do meio ambiente e do campo limpo para as futuras gerações e pelo desenvolvimento sustentável da agricultura.

A ação aumenta sua abrangência a cada ano. Em 2010, as atividades em comemoração ao Dia Nacional do Campo Limpo mobilizaram 139.616 pessoas de 23 Estados.

Em paralelo à data e motivado pela grande participação de escolas de ensino fundamental, em 2010 o inpEV e as centrais de recebimento lançaram o projeto educacional “Ciclo de Vida das Embalagens” para alunos do Ensino Fundamental. Alinhado com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o projeto utiliza material didático e formas de abordagens alternativas para melhorar a aprendizagem de conteúdos que já faziam parte do currículo escolar. No primeiro ano de implantação do projeto, mais de 70 mil alunos de 160 municípios e 1.022 escolas foram envolvidos.

Dentre as atividades sugeridas pelo material estavam os concursos de desenho e redação, visitas às centrais de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos, entrevistas com os gestores das centrais, atividades com um disco de música infantil sobre meio ambiente e atividades sobre o lixo doméstico e o consumo de embalagens.

Juntas, as duas iniciativas (Dia Nacional do Campo Limpo e programa de educação ambiental) ajudam na difusão de práticas responsáveis como a destinação das embalagens de uso doméstico e também as embalagens do campo. Em 2010, o inpEV investiu R\$ 720 mil nas iniciativas.

Para apurar os dados e fechar os resultados

Educação interativa

Os internautas que navegam no site do inpEV podem participar do curso virtual “Destinação Final de Embalagens Vazias de Agrotóxicos”. O curso aborda temas referentes ao sistema de destinação, tais como a legislação que regulamenta o descarte de embalagens vazias

Projeto Ajudô – Amigos do Judô

O inpEV acredita que educação por meio do esporte é uma ferramenta para reduzir a violência, melhorar a integração e ampliar as oportunidades de inclusão na sociedade. Por isso, incentiva o Projeto Ajudô, uma ação social esportiva que oferece aulas de judô como complemento educacional para crianças e adolescentes de baixa renda em São Paulo. O projeto atende cerca de 80 crianças.

Regras, condutas sociais corretas, oportunidade de experiência e a participação em campeonatos contribuem para a formação do indivíduo, ensinando os alunos a conviverem em um ambiente adequado, de educação e saúde.

das ações educativas (Dia Nacional do Campo Limpo e Programa de Educação Ambiental) em todo o Brasil, 100% das centrais de recebimento que realizam o Dia, e, a partir de 2010, o Programa de Educação Ambiental, reportam um resumo do evento. Nele, são informados escolas envolvidas nas atividades, municípios, parceiros envolvidos, atividades realizadas, o número de pessoas envolvidas nas ações (tanto em escolas quanto em outras atividades organizadas pelas centrais e nos concursos). O público das escolas, ou seja, as crianças, já representam 90% do público envolvido.

Para saber mais sobre o Dia Nacional do Campo Limpo e sobre o Programa de Educação Ambiental, acesse o site: www.dianacionaldocampolimpo.org.br.

de produtos fitossanitários, responsabilidades de cada um dos envolvidos no sistema, cuidados durante a aplicação de defensivos agrícolas, trabalho realizado nas unidades de recebimento de embalagens, reciclagem e incineração.



	2010	2009	2008
Nº de pessoas envolvidas	139.616	112.638	117.449
Nº de Estados	23	23	23
Nº de centrais	98	99	99
Participantes do concurso de desenho	42.056	41.871	41.524
Participantes do concurso de redação	25.921	17.349	18.094

O curso tem duração máxima de 6 horas, é gratuito e confere um certificado de conclusão ao participante. Em 2010, 974 alunos concluíram o curso.

XIII Prêmio Mérito Fitossanitário

O Prêmio Mérito Fitossanitário é uma ação de incentivo e reconhecimento aos profissionais, indústrias, distribuidores, cooperativas e centrais de recebimento que se destacam nas iniciativas de educação e treinamento do homem do campo. A iniciativa é realizada pela Associação

Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), com apoio do inpEV, da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Na 13ª edição do prêmio foram homenageados trabalhos desenvolvidos por 9 indústrias

de defensivos, 4 centrais de recebimento de embalagens, 6 revendas de produtos e 6 cooperativas, divididas nas categorias Indústria, Campo Limpo, Canal de Distribuição e Cooperativismo, nas modalidades Empresa, Profissional e Projeto.

Em 2011, a iniciativa passa a ser chamada de Prêmio Andef.

Participação nos principais eventos do setor

Anualmente, o inpEV participa de mais de cem eventos do mercado agrícola, com o apoio das associações gerenciadoras das centrais de recebimento, órgãos do poder público, cooperativas e entidades do setor agrícola e empresas associadas.

A participação do inpEV e seus parceiros em todos estes eventos tem como foco a conscientização, a prestação de serviços e a divulgação de resultados

do sistema de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos.

Em 2010, a mensagem levada aos participantes dos eventos foi a importância da realização correta da tríple lavagem, retratada por meio da peça teatral "Prosa ao pé d'ouvido", encenada por bonecos. Os visitantes puderam conhecer os artefatos produzidos a partir da reciclagem das embalagens vazias e visualizar

uma maquete do funcionamento do sistema de destinação.

Showtec 2010, Show Rural Coopavel 2010, TecnoAgro 2010, 20ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, Expoagro Afubra 2010, TecnoShow Comigo e a Expodireto Cotrijal 2010 foram os eventos agrícolas com maior público que contaram com a participação do inpEV e de parceiros desse sistema.



Balanco Social Ibase + NBCT 15

Mês	Nome do evento	Município	UF
Janeiro	Dia de Campo Copagril	Marechal Cândido Rondon	PR
Fevereiro	Show Rural Coopavel	Cascavel	PR
	Tecnoagro	Chapadão do Sul	MS
	Showtec	Maracaju	MS
Março	20ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz	Camaquã	RS
	Expodireto Cotrijal	Não-me-toque	RS
	Agroshow	Pato Branco	PR
	Dia de Campo Coopercampos	Campos Novos	SC
Março a Junho	72ª Expogrande 2010	Campo Grande	MS
	ENFISA - Encontro de Fiscalização e Seminários sobre Agrotóxicos	Macapá	AP
		Natal	RN
		Rio de Janeiro	RJ
	São Luis	MA	

Mês	Nome do evento	Município	UF
Abril	Expo Afubra	Rio Pardo	RS
	Tecnoshow Comigo	Rio Verde	GO
Maio	Parecis Superagro	Campo Novo do Parecis	MT
	Superagro Minas 2010	Belo Horizonte	MG
	12ª Semana do Café em Barra do Choça	Barra do Choça	BA
	Agrobrasil 2010	Brasília	DF
Junho	Agrobalsas 2010 - 9ª ed.	Balsas	MA
	25ª Seminário Cooplantio	Gramado	RS
	Bahia Farm Show	Luis Eduardo Magalhães	BA
Julho	42ª Expomara 2010	Maracajú	MS
	28ª Expoacre 2010	Rio Branco	AC
Agosto	Feira de Agronegócios Coopercitrus	Bebedouro	SP
	ExpoLucas	Lucas do Rio Verde	MT
	9º Congresso Brasileiro de Agribusiness - ABAG	São Paulo	SP
	Agrifam	Agudos	SP

1. Base de cálculo	2010 - R\$ mil		2009 - R\$ mil	
Receita Líquida (RL)	66.414		53.703	
Resultado Operacional (RO)	67.133		54.332	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	8.238		7.424	
Superávit do Exercício (SE)	17.059		7.259	

2. Indicadores sociais internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre SE	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre SE
Alimentação	117	1,42	0,18	0,69	101	1,36	0,19	1,39
Encargos sociais compulsórios	1.406	17,07	2,12	8,24	1.165	15,69	2,17	16,05
Previdência privada	145	1,76	0,22	0,85	141	1,90	0,26	1,94
Saúde	584	7,09	0,88	3,42	487	6,56	0,91	6,71
Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	-	5	0,07	0,01	0,07
Educação	-	-	-	-	1	0,01	-	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	117	1,42	0,18	0,69	115	1,55	0,21	1,58
Esporte	24	0,29	0,04	0,14	19	0,26	0,04	0,26
Transporte	7	0,08	0,01	0,04	8	0,11	0,01	0,11
Total - Indicadores sociais internos	2.400	29,13	3,61	14,07	2.042	27,51	3,80	28,13

3. Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre SE	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre SE
Educação	316	0,47	0,48	1,85	-	-	-	-
Cultura	38	0,06	0,06	0,22	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	354	0,53	0,53	2,08	-	-	-	-
Tributos (excluídos encargos sociais)	5	0,01	0,01	0,03	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais externos	359	0,53	0,54	2,10	-	-	-	-

4. Indicadores ambientais	2010 - R\$ mil				2009 - R\$ mil			
4.1 Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre SE	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre SE
Indicador Setorial	2.338	3,48	3,52	13,71	1.237	2,28	2,30	17,04
Total dos investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.338	3,48	3,52	13,71	1.237	2,28	2,30	17,04

4.2 Investimentos em programas e/ou projetos externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre SE	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre SE
Projetos de educação ambiental em comunidades	3.300	4,92	4,97	19,34	2.346	4,32	4,37	32,32
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	3.300	4,92	4,97	19,34	2.346	4,32	4,37	32,32
Total dos investimentos em meio ambiente (4.1 + 4.2)	5.638	8,40	8,49	33,05	3.583	6,59	6,67	49,36
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0				0			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	0				0			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação a aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	[x] Não possui metas				[x] Não possui metas			
	[] Cumpre de 51 a 75%				[] Cumpre de 51 a 75%			
	[] Cumpre de 0 a 50%				[] Cumpre de 0 a 50%			
	[] Cumpre de 76 a 100%				[] Cumpre de 76 a 100%			

5. Indicadores do corpo funcional	2010 - em unidades	2009 - em unidades
Nº de empregados(as) ao final do período	42	39
Nº de admissões durante o período	16	16
Nº de desligamentos durante o período	13	6
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	5	3
Nº de estagiários(as)	2	3
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	7	5
Nº de empregados por faixa etária		
Menores de 18 anos	0	0
De 18 a 35 anos	20	18
De 36 a 45 anos	15	16
De 46 a 60 anos	6	5
Acima de 60 anos	1	0
Nº de empregados por nível de escolaridade		
Analfabetos	0	0
Com ensino fundamental	8	4
Com ensino médio/técnico	5	5

Com ensino superior	20	19
Pós-graduados	9	11
Nº de mulheres que trabalham na empresa	17	17
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	50	43
Nº de homens que trabalham na empresa	25	22
% de cargos de chefia ocupados por homens	50	57
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1	1
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16	14
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	0

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	48	38
Número total de acidentes de trabalho	0	1
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção <input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerências <input type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> Direção <input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerências <input type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerências <input type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> Todos(as) + CIPA	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerências <input type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> Todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT	<input checked="" type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> Todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Apoia <input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Apoia <input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na empresa 0 No Procon 0 Na Justiça 0	Na empresa 0 No Procon 0 Na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 0 No Procon 0 Na Justiça 0	Na empresa 0 No Procon 0 Na Justiça 0
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça:	No Procon 0 Na Justiça 0	No Procon 0 Na Justiça 0
Número de processos trabalhistas:	Movidos contra a entidade 0 Julgados procedentes 0 Julgados improcedentes 0	Movidos contra a entidade 0 Julgados procedentes 0 Julgados improcedentes 0
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça:	0	0

7. Outras informações

Item 2 - Indicadores Sociais Internos - Segurança e saúde no trabalho: Cartilha e treinamento de brigadistas.

Educação: Cursos de informática.

Capacitação e desenvolvimento profissional: O inPEV possui parceria com a Fundação Dom Cabral para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores por meio do programa PAEX - Parceiros para Excelência. A cada ano dois funcionários participam dos cursos que possuem a duração de 1 ano.

Esporte: Programa Mais Saúde, que estimula todos os funcionários à prática de atividades físicas com reembolso de parte do valor pago. Há também a ginástica laboral para todos os funcionários da sede administrativa em São Paulo.

Item 3 - Indicadores sociais externos - Educação: Refere-se ao projeto Ciclo de Vida das Embalagens que, lançado como forma de integrar as atividades educacionais do Dia Nacional do Campo Limpo, trouxe às instituições de ensino que aderiram à iniciativa conteúdos para a educação ambiental dos alunos de 4º a 7º ano do Ensino Fundamental relacionados à gestão de todos os tipos de embalagens pós-consumo. Em seu primeiro ano de existência o projeto mobilizou 70,9 mil alunos de mais de 160 municípios.

Cultura: Investimento refere-se à principal atração dos stands educativos do inPEV nos eventos agrícolas de 2010: a peça teatral encenada por bonecos da Cia de Bonecos Urbanos, "Prosa ao pé d'ouvido", que abordou de forma divertida e interativa a importância da realização da triplíce lavagem em embalagens vazias de agrotóxicos. Participaram das apresentações estudantes do ensino fundamental, ensino médio, universitários e a comunidade em geral de Maracaju/MS (ShowTec 2010), Cascavel/PR (Show Rural Coopavel), Não-Me-Toque/RS (Expodireto Cotrijal), Rio Verde/GO (TecnoShow Comigo), Rio Pardo/RS (Expoagro Afubra) e Bebedouro/SP (Feacop).

Item 4.1 - Indicador Setorial: Dados referentes à destinação de produtos obsoletos e impróprios para uso. O recurso investido na retirada e destinação de produtos Obsoletos e Impróprios em 2010 é R\$ 668 mil. R\$ 1.670 milhões foram provisionados do orçamento de 2010 para que seja utilizado em 2011 referentes à retirada e destinação dos produtos obsoletos e impróprios do Estado do Paraná.

Item 4.2 - Investimento em programas ou projetos externos - Projeto de educação ambiental em comunidades: Os valores expressos nesse item são referentes ao Dia Nacional do Campo Limpo, realizado para as comunidades rurais de todo o Brasil, dos materiais educativos impressos para que sejam utilizados nessa data e em outros eventos educativos para agricultores e campanhas educativas para a conscientização sobre a triplíce-lavagem. Em 2009 houve a produção de novo filme que compõe a campanha educativa para agricultores "Os dois lados da consciência", que foi ao ar de agosto a dezembro. Em 2010 a campanha continuou com os painéis de estrada instalados em seis Estados: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Item 5 - Indicadores do corpor funcional: O ano de 2008 foi iniciado com 40 funcionários [1]. Ao longo do ano, 35 novos colaboradores foram admitidos: 17 funcionários para a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, que inicialmente eram contratados pelo inPEV, 13 colaboradores para o início das atividades da nova unidade de recebimento de Rondonópolis - MT, gerida pelo inPEV e também 5 novos funcionários para vagas já existentes no instituto. Até o final de 2008, 43 colaboradores foram desligados do inPEV para, em sua maioria, passar a fazer parte da folha de pagamentos da Campo Limpo ou devido a redimensionamento das atividades da central de Rondonópolis. O ano de 2008 se encerrou com 32 funcionários. As estatísticas número total de funcionários, admissões e desligamentos não contemplam estagiários. [1] Devido a contratação de 23 colaboradores, ainda em 2007, para o início dos trabalhos da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de plásticos e uma funcionária para a central de recebimento de embalagens de Rondonópolis (MT).



Demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores

Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV. ("inpEV" ou "Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto.

Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2010	2009	Passivo e patrimônio social	2010	2009
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	19.134	19.865	Fornecedores	6.294	2.137
Contas a receber (Nota 5)	4.353	3.478	Salários e encargos sociais	1.512	1.495
Adiantamentos concedidos (Nota 6)	2.247	198	Tributos a pagar	166	148
Despesas do exercício seguinte	102	65	Provisão para contingências (Nota 10)	50	50
Total	25.836	23.606	Adiantamentos de associadas e recicladoras (Nota 11)	221	6.875
Não circulante (Realizável a longo prazo)			Total	8.243	10.705
Depósitos judiciais (Nota 10)	3.731	3.407	Não circulante		
Caução aluguel (Nota 7)	43	41	Provisão para contingências (Nota 10)	3.731	3.407
Total	3.774	3.448	Patrimônio social (Nota 12)		
Imobilizado (Nota 8)	35.737	23.337	Patrimônio social	635	635
Intangível (Nota 9)	363	398	Superávit acumulado	53.101	36.042
Total	39.874	27.183	Total	53.736	36.677
Total do ativo	65.710	50.789	Total do passivo e patrimônio social	65.710	50.789

Demonstrações do superávit - exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Receitas das atividades	2010	2009
Contribuições das associadas	53.863	45.930
Taxa tecnológica (Nota 13)	6.678	6.434
Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados / acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 14))	3.815	
Arrendamento mercantil operacional (Nota 15)	2.777	1.846
Venda de produtos		122
	67.133	54.332
Deduções das receitas		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre taxa tecnológica e arrendamento (Nota 9)	(719)	(629)
Receita líquida das atividades	66.414	53.703
Despesas das atividades		
Reversão de provisão para créditos de realização duvidosa	492	363
Salários e encargos	(8.238)	(7.424)
Gerais e administrativas (Nota 16)	(42.738)	(40.217)
Outros ganhos (perdas), líquidas	(34)	68
Despesas financeiras	(270)	(447)
Receitas financeiras	1.433	1.213
	(49.355)	(46.444)
Superávit do exercício	17.059	7.259

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em milhares de reais

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2009	635	28.783	29.418
Superávit do exercício		7.259	7.259
Em 31 de dezembro de 2010	635	36.042	36.677
Superávit do exercício		17.059	17.059
Em 31 de dezembro de 2010	635	53.101	53.736

Demonstrações dos fluxos de caixa - exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2010	2009
Superávit do exercício	17.059	7.259
Ajustes		
Depreciação e amortização	1.605	1.410
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	568	557
Juros sobre depósito-caução de aluguel	(2)	(5)
Total	19.230	9.221
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(875)	(1.779)
Adiantamentos concedidos	(2.049)	217
Outros ativos	(37)	13
Fornecedores	4.157	61
Salários e encargos sociais	17	103
Tributos a pagar	18	(2.729)
Adiantamento de associadas e recicladoras	(6.654)	5.419
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.807	10.526
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(14.538)	(7.064)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.538)	(7.064)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(731)	3.462
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.865	16.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.134	19.865

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV ou “Instituto”) foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei no 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do Instituto) e contribuição social. Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o presente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

1.1 Descrição do modelo de negócio

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as Unidades de Recebimento de Embalagens Vazias (UREs), que tem o objetivo de otimizar a retirada das citadas embalagens do meio rural,

para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas as embalagens vazias nas UREs (postos ou centrais), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem reciclados.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelo Instituto por meio da operação das centrais por meio de documento fiscal contra a empresa recicladora. Até novembro de 2009, esta operação de destinação foi suportada pela emissão de nota fiscal de venda por parte das associações de vendas para as empresas recicladoras.

O Instituto, por sua vez, recebe das empresas recicladoras, a taxa tecnológica (credenciamento) devida pela transferência de conhecimento que lhes é feita relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica bem como em função do treinamento dos funcionários das recicladoras no que tange à gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuarão o pagamento adicional ao Instituto, também a título de taxa tecnológica (remessa). Como forma de financiamento das Unidades de Recebimento, esta parcela da taxa tecnológica recebida das recicladoras pelo Instituto será transferida às Associações de Revendedores a título de reembolso pelas despesas e custos ocorridos nas UREs.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise

profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009, estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias, pelas associações de revenda, às recicladoras por meio de uma operação de simples remessa. Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuarão o pagamento adicional ao Instituto, também a título de taxa tecnológica. Como forma de financiamento das Unidades de Recebimento, aproximadamente 60% da taxa tecnológica será transferida às Associações de Revenda (“unidade de negócio gestão”), e 40% da taxa tecnológica recebida das recicladoras pelo Instituto será utilizada para a expansão e diversificação de negócios da unidade recicladora (“unidade de negócio recicladora”).

Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto solicitou aos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2 Unidade de negócio gestão

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

(a) Processo básico - destina-se esse segmento à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; aos transportes e à logística das embalagens vazias às centrais (vindas de postos de recebimentos) e ao destino final (recicladora e incineradora); e à incineração de embalagens vazias.

(b) Processo de suporte - destina-se esse segmento às comunicações e às divulgações do processo básico; e à educação, ao treinamento e à conscientização das partes envolvidas e interessadas.

(c) Infra estrutura - destina-se esse segmento à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal.

1.3 Unidade de negócio recicladora

Com o objetivo de atingir a auto-sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, a partir de 2006, iniciou a construção de uma unidade recicladora (Campo Limpo Recicladora e Transformadora de Plásticos S.A. – “Campo Limpo S.A.”) que absorverá produtos recebidos das centrais de recebimento de embalagens. Dessa forma, ao longo dos exercícios de 2006 a 2010, o Instituto efetuou investimentos na construção dessa unidade no valor total de R\$ 31.656.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Diretor do Instituto em 21 de fevereiro de 2011.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de

valor e, quando requerido, ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Demais contas a receber”.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa da operação tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Instituto tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de “Resultado financeiro”.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O Instituto não opera com “hedge accounting”.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos

financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que se qualifiquem para a capitalização dos juros.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

Depreciação	Anos
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10 - 15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquido”, na demonstração do superávit.

2.6 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.7 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de revendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Provisões

O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 Benefícios a empregados - Bônus

O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.12 Reconhecimento de receita e correspondentes custos

A receita compreende o valor presente das contribuições de associados, taxa tecnológica, taxa de remessa de embalagens, receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados para o investimento na unidade recicladora de Taubaté.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de destinação de embalagem são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

Os valores relacionados com a unidade de negócio recicladora são contabilizados como receita do exercício quando recebidos.

(a) **Contribuições das associadas** - considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte, incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizadas na rubrica de “Adiantamento de associadas e recicladoras”, no passivo circulante.

(b) **Taxa tecnológica (credenciamento do reciclador)** – o montante da taxa tecnológica é calculado com base no volume de embalagens recebidas e encaminhadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 40% do valor obtido pela remessa de embalagens para reciclagem, sendo os recursos destinados para o aplicação na unidade recicladora de Taubaté.

(c) **Taxa tecnológica (remessa de embalagens)** – a taxa de remessa de embalagens é obtida pelo volume de embalagens encaminhado para reciclagem, sendo, reconhecida no momento da entrega efetiva aos recicladores. Equivale a aproximadamente 60% do valor obtido pela remessa de embalagens para reciclagem, sendo os recursos destinados para unidade de negócios gestão do sistema de destinação final de embalagens vazias.

(d) **Arrendamento mercantil operacional** – as receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de

competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A..

(e) **Contribuições extraordinárias (repasse dos dividendos dos associados / acionistas da Campo Limpo S.A.)** – são recursos repassados pelos associados do Instituto os quais são, também, acionistas da Campo Limpo S.A., provenientes dos recursos originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados / acionistas no encerramento de cada exercício social. Portanto, o Instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A..

Os custos com o processo de recebimento de embalagens vazias são substancialmente registrados em regime de competência.

2.13 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Instituto

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Instituto iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Instituto.

. IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do

Instituto para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A administração do Instituto efetuará uma análise detalhada dos impactos desse pronunciamento contábil com a aprovação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Conselho Federal de Contabilidade.

. IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substituí o IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" e seu correspondente pronunciamento contábil CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido em 2003 e em 3 de setembro de 2010, respectivamente. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo

divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. O Instituto aplicará a norma revisada a partir da aprovação pelo CPC e CFC. O Instituto está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. A administração do Instituto acredita que inexistem, ou sejam, imateriais os impactos da adoção deste novo pronunciamento contábil.

A seguir, apresentamos uma relação de pronunciamentos contábeis que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2011 mas que não trarão impactos nas demonstrações financeiras do Instituto:

. "Classificação das emissões de direitos" (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009.

. O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais", em vigor desde 1º de julho de 2010.

. "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provisão de Fundos" (alteração ao IFRIC 14).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição,

as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas à provisão para créditos de realização duvidosa,

seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas com adiantamentos para centrais e postos e as provisões necessárias para os passivos contingentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009
Caixa	3	6
Bancos conta movimento	703	458
Fundos de investimento (i)	18.428	19.401
Total	19.134	19.865

(i) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros remunerados com base na

variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) no Banco Itaú S.A. segregados em investimentos das

atividades - R\$ 15.569 (2009 - R\$ 15.224) e investimentos das cooperações técnica e operacional - R\$ 2.859 (2009 - R\$ 4.177).

5. Contas a receber

	2010	2009
Contribuições de associadas	2.273	2.276
Taxa tecnológica de recicladores	2.223	1.977
Aluguel da fábrica de Campo Limpo	305	164
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(448)	(939)
Total	4.353	3.478

(i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com os principais critérios a seguir descritos:

. Associados vencidos há mais de 90 dias.

. Parcelamento de débitos vencidos.

Em 2007, houve uma negociação com uma

ex-associada, decorrente do saldo devedor das contribuições de 2006, sendo efetuado acordo no valor de R\$ 1.369, para pagamento em 48 parcelas, vencendo a primeira em 30 de novembro de 2007. Com a regularidade dos pagamentos, em 2008, a ex-associada

foi reintegrada ao quadro de associadas do Instituto. Em 2010, o Instituto recebeu dessa associada o valor de R\$ 491 (2009 - R\$ 463). A quitação desta negociação final está prevista para ocorrer em novembro de 2011.

6. Adiantamentos concedidos

	2010	2009
Adiantamentos de férias	74	129
Adiantamentos a fornecedores	19	19
Adiantamentos para centrais e postos (i)	2.095	2.031
Provisão para perdas com adiantamentos para centrais e postos (i)		(2.031)
Outros adiantamentos	59	50
Total	2.247	198

(i) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1), a partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Como prevê o acordo, as centrais e os postos apresentam mensalmente o resultado do período ao Instituto por meio do sistema SIC-INPEV no qual são demonstrados o total de custos e despesas com salários, encargos, impostos e outros

(até novembro de 2009, as receitas obtidas por meio de vendas a recicladores e os custos e despesas com salários, encargos, impostos e outros).

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são baixados por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

Até novembro de 2009, devido às características do processo, as prestações de contas por parte das centrais e postos não ocorriam com a frequência mensal estimada, e portanto, o Instituto tinha por política o reconhecimento de provisão para perdas com adiantamentos em aberto, sem a correspondente prestação de contas dos

gastos incorridos. A partir de dezembro de 2009, com a gestão pelo instituto, de todos os recursos gerados, as centrais e postos passaram a efetuar suas prestações de contas dentro de períodos menores, fato que possibilita uma melhor gestão dos recursos gerados pela remessa e em poder do Instituto.

Com o reconhecimento contábil das despesas mensais incorridas mediante apresentação tempestiva da documentação-suporte dos gastos incorridos, a administração do Instituto passou a ter os adiantamentos efetuados para as centrais e postos baixados dentro de períodos mais aceitáveis, razão pela qual não se faz mais necessário constituir provisão para perdas com adiantamentos a centrais e postos em 31 de dezembro de 2010.

7. Caução aluguel

O saldo de R\$ 43 (2009 - R\$ 41) está representado pelo valor do depósito em caderneta de poupança, acrescido de juros, referente à caução definida no contrato de locação do imóvel onde está instalada a sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

8. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras e máquinas andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	336	5.131	5.015	563	178	29	11.252	6.887	18.139
Aquisição	-	70	1.586	135	158	37	1.986	4.987	6.973
Alienação	-	-	(473)	(50)	(12)	(4)	(539)	(4)	(543)
Transferências	-	5.902	40	-	-	-	5.942	(5.942)	-
Depreciação	-	(262)	(762)	(161)	(34)	(13)	(1.232)	-	(1.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	336	10.841	5.406	487	290	49	17.409	5.928	23.337
Custo total	336	11.521	7.083	957	405	120	20.422	5.928	26.350
Depreciação acumulada	-	(680)	(1.677)	(470)	(115)	(71)	(3.013)	-	(3.013)
Valor residual	336	10.841	5.406	487	290	49	17.409	5.928	23.337
Saldos em 31 de dezembro de 2009	336	10.841	5.406	487	290	49	17.409	5.928	23.337
Aquisição	-	28	1.986	565	109	6	2.694	11.718	14.412
Alienação	-	-	(116)	(173)	-	-	(289)	(277)	(566)
Depreciação	-	(465)	(856)	(70)	(42)	(13)	(1.446)	-	(1.446)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	336	10.404	6.420	809	357	42	18.368	17.369	35.737
Custo total	336	11.549	8.953	1.349	514	126	22.827	17.369	40.196
Depreciação acumulada	-	(1.145)	(2.533)	(540)	(157)	(84)	(4.459)	-	(4.459)
Valor residual	336	10.404	6.420	809	357	42	18.368	17.369	35.737

Com o objetivo de promover a auto sustentabilidade do sistema de destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas com benefício a todos os elos da cadeia, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limpo S.A."). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como Imobilizado do Instituto. Além desses ativos,

há planos de expansão em que se estimam investimentos, até 2011, de aproximadamente R\$ 9.000 (não auditado), a preços de 31 de dezembro de 2010.

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que

estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao Imóvel com a empresa Campo Limpo S.A.. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

Descrição	2010		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Edificações e benfeitorias	10.658	(867)	9.791
Equipamentos e instalações	3.068	(909)	2.159
Veículos	197	(68)	129
Móveis e utensílios	336	(54)	282
Outros	28	(13)	15
Imobilizado em andamento	17.369		17.369
Total	31.656	(1.911)	29.745

Descrição	2009		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Edificações e benfeitorias	10.647	(440)	10.207
Equipamentos e instalações	2.966	(643)	2.323
Veículos	173	(62)	111
Móveis e utensílios	237	(29)	208
Outros	24	(8)	16
Imobilizado em andamento	4.991		4.991
Total	19.038	(1.182)	17.856

9. Intangível

	Softwares adquiridos	Licença de uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	315	183	498
Aquisição	50	41	91
Alienação/Baixa	(14)	-	(14)
Amortização	(118)	(59)	(177)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	233	165	398
Custo total	832	324	1.156
Amortização acumulada	(599)	(159)	(758)
Valor residual	233	165	398
Saldos em 31 de dezembro de 2009	233	165	398
Aquisição	115	11	126
Alienação/Baixa	(2)	-	(2)
Amortização	(102)	(57)	(159)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	244	119	363
Custo total	944	335	1.279
Amortização acumulada	(700)	(216)	(916)
Valor residual	244	119	363

Os ativos relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2010 estão demonstrados como segue:

Descrição	Custo	Amortização	Valor residual
Hardware e software	200	(122)	78
Licença de uso	88	(52)	36
Total	288	(174)	114

10. Contingências

	2010	2009
Tributária – COFINS (i)	3.731	3.407
Trabalhistas (ii)	50	50
Total	3781	3.457
Menos passivo circulante	(50)	(50)
No exigível a longo prazo	3.731	3.407

(i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa tecnológica e operacional conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa tecnológica) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente,

tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiados por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa tecnológica. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto efetuou depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2010, que totalizou R\$ 3.731 (2009 – R\$ 3.407).

O correspondente depósito judicial está sendo apresentado no ativo realizável a longo prazo.

Além dos aspectos de PIS e COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativos ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

(ii) O Instituto é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos, estimados em R\$ 50 em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 50), são avaliadas e atualizadas pela administração tendo como amparo a opinião de seus consultores legais externos.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2010	2009
Cíveis	5	5
Ação cautelar	10	10
Mandado de segurança de perdas e danos	-	210
Trabalhistas	579	-
Total	594	225

(b) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e cobrança da taxa tecnológica

Até novembro de 2009, as Associações de Revenda vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a título de taxa tecnológica, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos que porventura pudessem

existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às Associações de

Revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor da taxa tecnológica e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela da taxa tecnológica recebida pelo Instituto passou a ser utilizada para subsidiar parte dos custos incorridos pelas Unidades de Recebimento das Embalagens Vazias, as quais incluem as Associações de Revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende que não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

11. Adiantamentos de associadas e recicladoras

Considerando que as contribuições das associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte, destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de “Adiantamento de associadas e recicladoras”.

Os valores recebidos que superam as despesas incorridas nos exercícios de 2010 e de 2009 estão compostos conforme ao lado.

	2010	2009
Contribuição comprometida, porém não desembolsada neste exercício	-	2.497
Devolução sob a forma de redução das contribuições a serem efetuadas em 2010	-	2.876
Outros	221	1.502
Total	221	6.875

12. Patrimônio social

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos

objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Superávit do exercício

No pressuposto do modelo de negócio do Instituto, o superávit do exercício, no valor de R\$ 17.059, é composto da seguinte forma:

	2010
Taxa tecnológica	6.678
Contribuições extraordinárias	3.815
Arrendamento mercantil operacional	2.777
Receita financeira	1.433
Outros	2.358
Total	17.059

13. Taxa tecnológica

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos (taxa tecnológica – credenciamento de recicladoras). Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2010 no montante de R\$ 6.678 (2009 - R\$ 6.434).

A partir de 1º de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova figura de taxa tecnológica (taxa tecnológica - remessa).

Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com taxa tecnológica são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas Unidades de Recebimento de Embalagens Vazias.

14. Contribuições extraordinárias (repasso dos dividendos dos associados / acionistas da Campo Limpo S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitosanitários, incluindo atividades

de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010, foram aprovados pelos acionistas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 da Campo Limpo S.A., como também, os dividendos a serem distribuídos

e a destinação da totalidade dos dividendos para o plano de expansão e diversificação de negócios da unidade recicladora. Sendo uma receita no negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu a totalidade dos dividendos recebidos na receita do exercício de 2010 no total de R\$ 3.815 (2010 - R\$ 3.164; 2009 – R\$ 651).

15. Arrendamento mercantil operacional

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo S.A. O valor do aluguel corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R\$ 50 mensais.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2010	2009
Até um ano (em 2011)	3.290	2.842
Mais de um ano até cinco anos (entre 2012 e 2016)	16.450	16.537
Mais de cinco anos (entre 2017 e 2018)	6.580	12.411
Total	26.320	31.790

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de 20 anos.

16. Despesas gerais e administrativas

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2010	2009
Despesas com infra estrutura	5.573	4.659
Processo de suporte	6.750	5.784
Processo básico	30.415	29.774
Total	42.738	40.217

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

Saldos relacionados a despesas administrativas e gerais	2010	2011
Despesas com infra estrutura		
Ocupação	347	288
Gastos gerais (i)	2.518	2.006
Serviços de terceiros (ii)	927	928
Tecnologia da informação	1.282	855
Institucional	499	582
Total	5.573	4.659
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	558	728
Comunicação, educação e campanhas (iv)	3.432	3.449
Desenvolvimento tecnológico	295	208
Projetos (v)	2.465	1.399
Total	6.750	5.784
Processo básico		
Operações (vi)	7.502	9.202
Logística (vii)	17.124	16.651
Destinação final (viii)	5.789	3.921
Total	30.415	29.774

(i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação, no valor de R\$ 1.446 (2009 - R\$ 1.232).

(ii) Refere-se principalmente a despesas com as seguintes assessorias:

. tributárias e fiscais - R\$ 305 (2009 - R\$ 248);
. recursos humanos - R\$ 150 (2009 - R\$ 180);
. auditoria - R\$ 284 (2009 - R\$ 279);
. administrativa - R\$ 62 (2009 - R\$ 71).

(iii) Refere-se principalmente a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento - R\$ 558 (2009 - R\$ 728).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

. gastos com campanha - R\$ 1.294 (2009 - R\$ 1.387);
. Dia Nacional Campo Limpo - R\$ 531 (2009 -

R\$ 296);

. material de comunicação / institucional - R\$ 361 (2009 - R\$ 468);

. campanha regional triplice lavagem - R\$ 74 (2009 - R\$ 350);

. serviços de terceiros / comunicação - R\$ 307 (2009 - R\$ 301);

. eventos institucionais - R\$ 304 (2009 - R\$ 315).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo conselho diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios, constantes no orçamento anual.

(vi) Refere-se principalmente custos incorridos pelas Unidades de Recebimento de Embalagens Vazias e reembolsados pelo Instituto, para a

ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R\$ 5.313 (2009 - R\$ 7.705) e construção de centrais e postos, no valor de R\$ 1.673 (2009 - R\$ 784).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R\$ 12.366 (2009 - R\$ 10.589) e não lavadas para incineração no valor de R\$ 1.750 (2009 - R\$ 3.150).

(viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas. O Instituto trabalha com cinco empresas (2009 - três empresas) que efetuam o processo de incineração. Os gastos incorridos com incineração estão distribuídos conforme a tabela que segue:

Destinação final (vii)	2010	2011
Incinerar Serviços Coleta e Destinação de Resíduos S/C Ltda.	2.114	2.553
Cetrel Lumina Tecnologia e Engenharia.	141	-
Basf S.A.	434	-
Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda.	1.595	1.002
Essencis Soluções Ambientais S.A.	1.505	366
Total	5.789	3.921

17. Instrumentos financeiros

A administração do Instituto opera com instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela comparação com outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua grande maioria, em prazos inferiores a 45 dias. Considerando as características e o prazo desses instrumentos, que são sistematicamente realizados, os valores contábeis em 31 de dezembro de 2010 aproximam-se dos valores justos.

18. Seguros

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados (informação não auditada), consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado	34.400
Responsabilidade civil	200



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV** apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2010" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação C.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 22 Agosto 2011

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As *Diretrizes G3 da GRI* estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 18 Agosto 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.



Índice remissivo GRI
GRI 3.12

1. Estratégia e análise		Págs. RS
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	10
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	24
2. Perfil organizacional		Págs. RS
2.1	Nome da organização.	3
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	3
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures.	3
2.4	Localização da sede da organização.	3
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório	3
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	3
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	3
2.8	Porte da organização.	6
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	Não houve mudanças no período relatado
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	26
3. Parâmetros para o relatório		Págs. RS
3.1	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas.	7
3.2	Data do relatório anterior mais recente (se houver).	7
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.).	7
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	7
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo: a) determinação da materialidade; b) priorização de temas dentro do relatório; c) identificação de quais stakeholders a organização espera que usem o relatório.	7
3.6	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores).	7
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	7

3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.	7
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição).	7
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	7
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	87
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório.	7; 23; 66; 67
4. Governança, compromissos e engajamento		Págs. RS
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	21
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	21
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.	Não se aplica
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.	20
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	20; 21; 22
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	4; 19
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	20
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	24
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: a) possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; b) integra projetos e comitês; c) contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada; d) considera estratégica sua atuação como associada.	26
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.	51
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar.	51
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e grupo de stakeholders.	51
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los.	51

Indicadores de desempenho econômico

Aspecto: desempenho econômico			Págs. RS
■	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos	35; 51; 56; 68; 69
■	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	54
■	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	56
Aspecto: presença no mercado			Págs. RS
■	EC5	Varição da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	53
Aspecto: impactos econômicos indiretos			Págs. RS
■	EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	51

Indicadores de desempenho ambiental

Aspecto: energia			Págs. RS
■	EN3	Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária.	50
Aspecto: água			Págs. RS
■	EN8	Total de retirada de água, por fonte.	50
Aspecto: produtos e serviços			Págs. RS
■	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	43
Aspecto: geral			Págs. RS
■	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	50

Indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente

Aspecto: emprego			Págs. RS
■	LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	53
■	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	53

Indicadores de desempenho social referente à sociedade

Aspecto: comunidade			Págs. RS
■	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	56
Aspecto: políticas públicas			Págs. RS
■	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	53
Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto			
Aspecto: saúde e segurança do cliente			Págs. RS
■	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	44
Aspecto: compliance			Págs. RS
■	PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	Não se aplica

■ Essencial ■ Adicional

créditos

Comunicação e Educação – inpEV

TheMediaGroup

Laika Design

Ciagraph

Coordenação

Consultoria de conteúdo

Projeto gráfico

Impressão



 **inpEV**